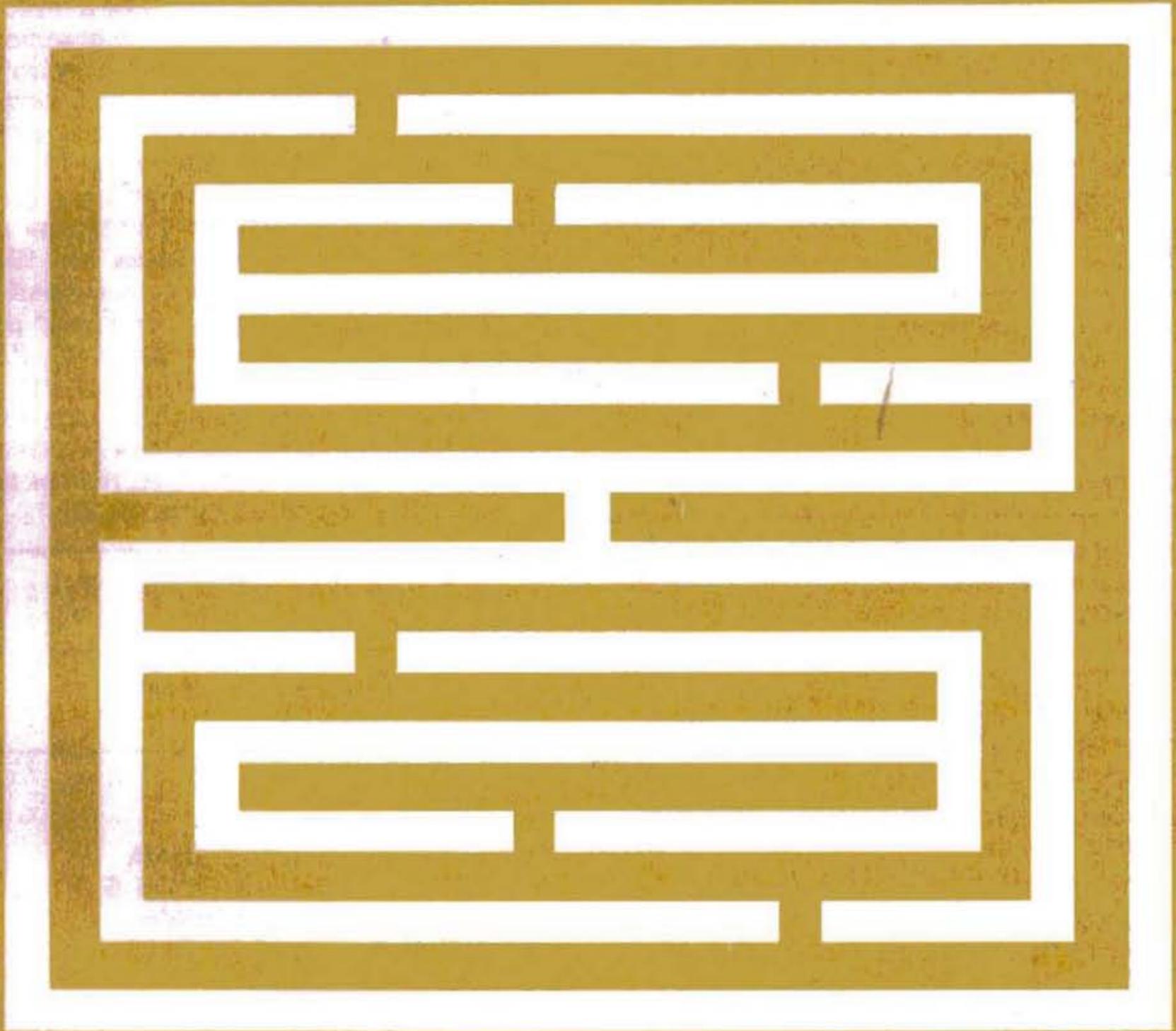


# convergencia

JAN/FEV — 1989 — ANO XXIV — Nº 219



- **UMA EVANGELIZAÇÃO NOVA NO ARDOR, NOS MÉTODOS E NO MODO DE SE EXPRESSAR** — João Paulo II — página 3
- **O "SOCIAL" E O "CULTURAL" NA MISSÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA** — Pe. Francisco Ivern, SJ — página 47

## CONVERGÊNCIA

Revista da  
Conferência  
dos Religiosos  
do Brasil: CRB



**Diretor-Responsável:**  
Ir. Claudino Falquetto, FMS

**Redator-Responsável:**  
Padre Marcos de Lima, SDB  
(Reg. 12.679/78)

**Equipe de Programação:**  
Pe. Atico Fassini, MS  
Pe. Cleto Caliman, SDB  
Ir. Delir Brunelli, CF  
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

**Direção, Redação, Administração:**  
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

### Assinaturas para 1989

Brasil, taxa única:	
terrestre ou aérea.....	Cz\$ 19.850,00
Exterior: marítima.....	US\$ 38,00
aérea	US\$ 48,00
Número avulso.....	Cz\$ 1.985,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

**Composição:** Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

**Fotocomposição:** Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

**Impressão:** Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

### Nossa capa

Quer ser, figurativamente, o esboço da idéia de um labirinto, ou seja, coisa confusa, enigmática, enredada, tortuosa. Examinando, verá: este nosso destaque seletivo, mais do que arte, é artifício. **Convergência** é a revista da CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL. E a CRB objetiva promover e animar a **Vida Religiosa**. Com generosidade semântica e imaginária, Você descobre, então, que o pensamento pressuposto como subjacente nesta figuração mental e em seu encadeamento com CRB, suas finalidades entitativas

e **CONVERGÊNCIA** é este: se a **Vida Religiosa**, humanamente, pode se aparentar com um labirinto, a CRB e sua revista querem apontar na direção da saída. As ciências, como parte da solução, enriquecem e aliviam a VR mas não a livram de navegar, na escuridão, pois nunca tornam o seu **REAL** plenamente transparente à razão. Há uma irreduzibilidade sem haver incompatibilidade. A VR envolve mistérios mas não comporta nenhum fantasma irreal ou impossível. Para quem tem **FÉ**, o próprio mistério engrandece a razão. A obscuridade tem sempre algo de grandioso. Pelos caminhos humanos da VR, quando iluminados pela **FÉ**, vão se formando linhas de predominância que dão ao enredado a direção dos fios e mapeiam os pontos referenciais que indicam a força de um projeto em sua globalidade e o tropismo imbatível para a luz da saída. **Convergência**, em 1989, quer lhe ajudar nesta perspectiva, aprofundando e ampliando a certeza de que só pela **FÉ** se pode abraçar as propostas da Cruz, as aporias do Reino e os paradoxos da VR. Só pela **FÉ** se pode manifestar paz na consciência do mistério e serena convivência com ele. Deus confirme, com sua bênção, nossos propósitos (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

## SUMÁRIO

EDITORIAL.....	1
UMA EVANGELIZAÇÃO NOVA NO ARDOR, NOS MÉTODOS E NO MODO DE SE EXPRESSAR João Paulo II .....	3
INFORME DA CRB.....	8
OS RELIGIOSOS NA HISTÓRIA DA EVANGELIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA Antônio González Dorado, SJ .....	18
O "SOCIAL" E O "CULTURAL" NA MISSÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA Pe. Francisco Ivern, SJ .....	47
A EUCARISTIA NA CONSTRUÇÃO DA CIVILIZAÇÃO DO AMOR, FONTE DE VIDA EM UMA ESTRUTURA DE MORTE Card. Aloísio Lorscheider .....	57

# EDITORIAL

1989! Feliz Ano Novo!

A revista CONVERGÊNCIA quer chegar a suas mãos com uma cordial saudação e um convite a que vivamos juntos, neste ano de 1989, alguns acontecimentos que merecem, desde já, a nossa especial atenção, seja pela relação imediata que têm com a Vida Religiosa, seja pela ampla repercussão junto à sociedade civil:

1) Em todo o Continente latino-americano, de muitas formas e com diferenciados objetivos, tanto na Igreja quanto na sociedade secular, brotam iniciativas e propostas visando a celebração dos 500 anos da América Latina. Há nisso especial interesse por parte do governo dos diferentes países, que projetam efemérides sociais e eventos condecorativos, marcados certamente, cá e lá, por expressões de glória e triunfalismo; interesse também por parte dos centros culturais que buscam entender ou aprofundar o conhecimento da identidade do homem latino-americano, fruto da miscigenação das raças européias, africanas e ameríndias; interesse, em fim, por parte da Igreja, voltada para o eixo evangelizador que faz do Continente terra de cristãos e esperança do futuro.

Desde o início da década de 1980, o Papa João Paulo II abriu uma novena de anos preparatória à celebração dos 500 anos da pri-

meira evangelização da América Latina, e concitou a Igreja no Continente a empenhar-se numa Nova Evangelização, "nova nos métodos, nas formas e no ardor" (cfr. Discurso em Santo Domingo, 12/10/1984).

2) Para celebrar os 500 anos de evangelização da América Latina, a CLAR (Confederação Latino-americana de Religiosos) lançou o Projeto "Palavra-Vida", com o principal objetivo de "alimentar a Vida com a Palavra de Deus lida em comunidade a partir dos pobres". Esse Projeto, capaz de dar à Vida Religiosa um eixo de dinamismo vigoroso em vista da Nova Evangelização, foi alegremente assumido pela CRB, na convicção de que ele pode:

a) educar-nos para a escuta do clamor do povo, através do qual Deus interpela a Igreja toda, e em particular a Vida Religiosa;

b) ensinar-nos a fazer uma leitura da Bíblia que efetivamente alimente a Vida;

c) despertar mais dinamismo profético evangelizador em nossa Vida Religiosa de seguimento radical a Jesus Cristo, em nosso Continente;

d) ser uma provocação pertinente para uma renovada conversão da própria Vida Religiosa.

Esse Projeto "Palavra-Vida" voltará certamente às páginas de

portância e considerado seu desenvolvimento no decurso dos próximos cinco anos.

3) Na data de 24 a 28 de julho de 1989, em SÃO PAULO, a CRB celebrará sua XV Assembléia Geral Ordinária (AGO). Uma Assembléia Geral da CRB é sempre um acontecimento vital para a avaliação e dinamização da caminhada da Vida Religiosa no Brasil. Um evento basilar para os anos subseqüentes, que serão marcados pelas propostas e decisões dos Superiores Maiores após auscultação da realidade do povo, da Igreja e da própria Vida Religiosa em nossa terra. Em preparação a essa Assembléia Geral Ordinária, a Equipe de Reflexão Teológica (ERT) da CRB nos presenteou com a brochura "Nova Evangelização e Vida Religiosa" a ser lida, refletida e partilhada em todas as Comunidades religiosas do Brasil. Será essa a nossa forma peculiar de preparação para o V Centenário da América Latina, e será igualmente expressão de comunhão com os

religiosos do Brasil, desejosos de aprofundarem a própria missão evangelizadora e uma espiritualidade condizente com o Evangelho para o homem de hoje.

Entre os dois Projetos, o da "Palavra-Vida" e o da "Nova Evangelização", há uma íntima relação. Ambos visam qualificar a Vida Religiosa, centrando-a no essencial da Missão, e fundamentando-a na Bíblia, Palavra de Deus.

Auscultando a história e lendo os sinais da presença de Deus que caminha com seu povo, podemos facilmente detectar as marcas da passagem do Senhor pelos caminhos que a Vida Religiosa vem palmilhando nos últimos anos, no Brasil. A fidelidade aos sinais dos tempos e às mudanças aceleradas da humanidade somente será possível se a própria Vida Religiosa for suficientemente ágil para interpretar os acontecimentos e totalmente dócil ao Espírito que sopra onde quer.

**Irmão Claudino Falchetto FMS**  
*Presidente Nacional da CRB*

---

### **Preferir a clareza aos arranjos**

Hoje é uma tentação escamotear a própria identidade e mimetizar por medo de "queimar-se", por modismo ou comodismo, por cansaço ou até por afã de inculturar-se e inserir-se. No entanto, nas coisas da fé, urge preferir a clareza às ambigüidades, aos arranjos, às imprecisões, aos acomodamentos. Propor com pureza, integridade e vigor a fé que nos faz viver (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

# UMA EVANGELIZAÇÃO NOVA NO ARDOR, NOS MÉTODOS E NO MODO DE SE EXPRESSAR

*Trechos da Homilia do Papa João Paulo II  
em Salto, Uruguai, na missa  
para os fiéis da Diocese, a 9 de maio de 1988.  
In L'Osservatore Romano, 15 de maio de 1988, p. 9-10.*

**João Paulo II**

Roma, Itália

4. Do profeta Isaías escutamos: "Assim como a *terra produz os seus germens* e o jardim faz brotar as suas sementes, assim o Senhor Deus fará germinar a justiça e os hinos diante de todas as nações" (Is 61, 11).

No ano de 1992 daremos graças a Deus, de modo particular, pelos contínuos "germens" e pelas contínuas "sementes" que produziu a evangelização iniciada há cinco séculos. Recordaremos também com gratidão aqueles que incansavelmente *proclamaram* aqui a "Boa Nova", de geração em geração. Chegaremos, enfim, com grata memória, até aqueles "primeiros cristãos" da América Latina que foram como *terra boa*, na qual a semente enraizou e deu "fruto, ora cem, ora sessenta, ora trinta" (cf. Mt 13,8).

Disponhamos agora o nosso espírito para celebrar esse V. Centenário,

levando a cabo em todo o Continente americano, e no Uruguai em particular, "uma evangelização nova". "Nova no seu ardor, nos seus métodos, na sua expressão" (*Discurso ao CELAM, 9.3.1983*).

Será "nova no seu ardor" se, à medida que se vai atuando, corroborardes cada vez mais a união com Cristo, primeiro evangelizador.

"Deus tem promessas de paz para o Seu povo e Seus amigos, que já não voltarão ao desvario" (Sl 84/85,9).

"Deus tem promessas de paz... para os que já não voltarão ao desvario". *O tempo novo de evangelização inicia-se pela conversão do coração.* "Deus tem promessas de paz... para os Seus amigos". Para entender o anúncio de paz devemos ser Seus amigos, temos que *descobrir de novo que a vocação cristã é vocação à santidade* (cf. *Lumen*

*Gentium*, 11), pois Cristo disse a todos: "Sede perfeitos, como é perfeito vosso Pai celeste" (*Mt* 5,48). Como já indicou o meu venerável Predecessor, o Papa Paulo VI, o Concílio Vaticano II "exortou com solícita insistência todos os fiéis, de qualquer condição ou grau, a alcançarem a plenitude da vida cristã e a perfeição da caridade. Este forte convite à santidade pode ser considerado como o elemento mais característico de todo o Magistério conciliar, e, por assim dizer, o seu fim último" (*Sanctitatis clarior*, 19.3.1969). Esta é a chave do ardor renovado da nova evangelização.

5. A vossa pátria, como vos recordei o ano passado, na Esplanada das Três Cruzes, nasceu católica e deu muitos frutos de apostolado. Agora chegou o momento do amadurecimento da vossa fé e o tempo de uma "nova evangelização".

O renovado ardor apostólico que se requer nos nossos dias para a evangelização, deriva de um reiterado ato de confiança em Jesus Cristo: porque Ele é quem move os corações; Ele é o único que tem palavras de vida, para alimentar as almas famintas de eternidade; Ele é quem nos transmite o seu fogo apostólico na oração, nos sacramentos e de modo especial na Eucaristia. "Vim lançar fogo sobre a terra; e que quero Eu senão que ele já se tenha ateado?" (*Lc* 12,49). Estes anseios de Cristo continuam vivos em seu Coração.

A evangelização, que tem como projeção necessária também a pre-

ocupação pelo bem-estar material do próximo e por encontrar remédio às suas necessidades, será eficaz se tiver o seu ápice na prática sacramental, que é o canal por onde flui a nova vida oferecida por Cristo como fruto da redenção. A este propósito, encorajo vivamente a iniciativa pastoral dos vossos Bispos ao terem convocado um Ano Eucarístico, para que a virtude do amor de Cristo, que Se nos entrega como alimento, seja a fonte da qual venham a brotar os novos apóstolos de que necessita o Uruguai de hoje.

Sentir ardor apostólico significa ter fome de comunicar a outros a alegria da fé. Certamente, respeitando a liberdade do próximo, o que não quer dizer indiferença em relação à verdade revelada por Deus. "A palavra que ouvistes não é Minha, mas do Pai que Me enviou", diz-nos Jesus (*Jo* 14,24). O cristão, portanto, não dá testemunho de qualquer coisa de humano, mas de uma certeza que procede de Deus. Por isso, num clima de diálogo sincero e de amizade, ele não pode ocultar nunca a sua fé nem prescindir dela no enfoque e na resolução das diversas questões apresentadas pela convivência entre os homens. O ardor apostólico não é, pois, fanatismo, mas coerência de vida cristã. Sem julgar as intenções alheias, devemos chamar bem ao bem e mal ao mal. Aliás, é óbvio que desfigurando a verdade não se solucionam os problemas. É a abertura à verdade de Cristo que traz a paz às almas. Não tenhais medo das dificuldades nem das incompreen-

sões muitas vezes inevitáveis, causadas no mundo pelo esforço em ser fiel ao Senhor! Já sabemos que o cristianismo nunca foi um caminho cômodo. E também sabemos que vale a pena despendar a vida, dia após dia, num trabalho constante para sermos coerentes com a fé recebida. Abri a Cristo as portas dos vossos corações, para que Ele vos transforme em propagadores do seu Evangelho.

6. *A evangelização será "nova nos seus métodos" se cada um dos membros da Igreja se tornar protagonista da difusão da mensagem de Cristo.*

"O Espírito do Senhor repousa sobre mim, porque o Senhor (...) me enviou a levar a boa nova" (Is 61,1).

Cada cristão, cada um de vós, pode repetir estas palavras do profeta. *Cada um pode escutar também, como dirigidas a si, as palavras pronunciadas por Cristo aos seus Apóstolos, pouco antes da Ascensão: "Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa Nova a toda a criatura" (Mc 16,15).*

"Todos os fiéis — digo-vos com palavras do Concílio Vaticano II — têm o dever de fazer apostolado, segundo a sua condição e capacidade" (*Apostolicam Actuositatem*, 6).

A evangelização, portanto, é tarefa de todos os membros da Igreja. Todos os fiéis, sob a guia dos seus Pastores, devem ser verdadeiros apóstolos.

Trata-se de um apostolado que está ao alcance de todos os cris-

tãos no seu ambiente familiar, de trabalho e social. É um apostolado que tem como princípio imprescindível o bom exemplo na conduta diária — apesar das próprias limitações pessoais — e que deve ser continuado com a palavra, cada um de acordo com a sua situação na vida privada ou pública.

7. *Para que a evangelização seja "nova" também "na sua expressão", deveis estar com os ouvidos atentos ao que diz o Senhor, isto é, sempre em atitude de escuta daquilo que o mesmo Senhor pode sugerir em qualquer momento.*

"Concedei, Senhor, que vejamos os Vossos favores, seja-nos oferecida a Vossa salvação! Prestarei atenção àquilo que o Senhor Deus vai dizer" (Sl 84/85,8-9).

Cada cristão, homem ou mulher, deve adquirir um sólido conhecimento das verdades acerca de Cristo — conhecimento adequado à sua própria formação cultural e intelectual — seguindo os ensinamentos da Igreja. Cada um deve pedir ao Espírito Santo que lhe permita levar o "alegre anúncio", a "Boa Nova", a todos os ambientes em que se desenvolve a sua existência. Essa *profunda formação cristã* lhe permitirá deitar "o vinho novo", de que nos fala o Evangelho, em "odres novos" (Mt 9,17): *anunciar a Boa Nova com uma linguagem que todos possam entender.*

Os grupos e as associações de apostolado devem mostrar particular interesse num maior aprofundamento da vida cristã, num co-

nhecimento mais profundo da fé católica, bem como uma participação mais freqüente e ativa na vida litúrgica da Igreja.

Por sua parte, os diversos movimentos de apostolado no Uruguai, os grupos de reflexão e oração, as comunidades de base e associações eclesiais deram e continuarão a dar, com a graça de Deus, frutos que manifestam a vitalidade própria da Igreja. A todos estes movimentos desejo recordar que eles devem ser "destinatários especiais da evangelização e ao mesmo tempo avangelizadores" (*Evangelii Nuntiandi*, 58), mostrando em todo o momento a sua genuína fidelidade ao Magistério da Igreja, ao Papa e aos Bispos, bem como a sua projeção universalista e missionária, e um decidido compromisso para com a justiça.

8. A leitura de hoje, tomada do *Evangelho de São Marcos*, mostra-nos *Jesus que sente compaixão pela multidão* e realiza a multiplicação dos pães.

Diz-nos o texto sagrado que, quando se fez tarde, os discípulos se aproximaram de Jesus e Lhe disseram: "manda-os embora para irem às herdades e aldeias comprar de comer" (*Mc* 6,36). O Senhor respondeu: "Dai-lhes vós mesmos de comer" (*Mc* 6,37). E quando viu que as provisões eram insuficientes, Cristo tomou o pouco que tinham, mandou que se sentassem todos na erva verde, e *realizou o milagre*: cinco pães e dois peixes foram suficientes para saciar a fome de cinco mil homens (cf. *Mc* 6,44).

São Marcos acrescenta que sobram "doze cestos com os bocados de pão e... de peixe" (*Mc* 6,43).

Este acontecimento é um testemunho eloqüente de que *a preocupação pelo pão para o homem acompanha sempre a evangelização*. E o pão é símbolo das suas necessidades temporais. A Igreja entendeu assim a evangelização ao longo da história e, por isto, juntamente com a proclamação da Boa Nova, eram empreendidas iniciativas que buscavam satisfazer tais necessidades. Como bem ressaltava o meu Predecessor, Paulo VI, de feliz memória, "*evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: 'Eis que faço de novo todas as coisas' (Apoc 21,5)*" (*Evangelii Nuntiandi*, 18).

A nova evangelização, impulsionada pelo mandamento do amor, *fará brotar a desejada promoção da justiça* e o desenvolvimento em seu sentido mais pleno, bem como a justa distribuição das riquezas e o respeito da dignidade da pessoa, como imperativo iniludível para todos e cada um dos uruguaios. E "*neste esforço — como indiquei na Encíclica *Sollicitudo rei socialis* — devem dar o exemplo e servir de guias os filhos da Igreja, chamados, segundo o programa enunciado pelo próprio Jesus na sinagoga de Nazaré, a 'anunciar a boa nova aos pobres... a proclamar a libertação aos cativos e, aos cegos, o recobrar da vista; a pôr em liberdade*

os oprimidos e a promulgar um ano de graça da parte do Senhor (Lc 4,18-19)' " (n. 47).

9. Lemos também no livro de Isaías:

"Com grande alegria, rejubilei no Senhor, e o meu coração exulta no meu Deus, *porque me revestiu com a roupagem da salvação e me cobriu com o manto da justiça*" (Is 61,10).

Assim fala a Igreja a Cristo. Com efeito, *Cristo é Esposo da Igreja*, conforme lemos na Carta aos Efésios (cf. Ef 5,25-27,32). Como Esposo preocupa-se de que a sua Esposa seja revestida com o manto de salvação.

Deus, com efeito, amou de tal modo o mundo que lhe deu o Seu Filho único "para que o mundo seja salvo por Ele" (Jo 3,17). O Filho de Deus entregou-se a Si mesmo para restituir ao homem a beleza da imagem e da semelhança

de Deus. *Na Cruz de Cristo e na sua ressurreição encontra a sua fonte o "Evangelho dos pobres" e o "pão da Eucaristia", bem como a força curativa do Sacramento da Reconciliação, "para curar os de coração despedaçado" (Is 61,1).*

E, por muito que no *caminho da evangelização* ao longo da história da Igreja — também neste continente — *não faltem as marcas próprias da debilidade e do pecado do homem* — das muitas formas de pecado —, *apesar de tudo*, elevemos com gratidão o nosso olhar Àquele que nos "amou até ao fim" (Jo 13,1) e nos revestiu com o manto de salvação (cf. Is 61,10). *Dêmos-Lhe graças pelo amor*, pela redenção, pela Aliança com Deus em seu Sangue; pela fé e pela vida de fé. Agradeçamos ao Senhor os cinco séculos de evangelização em toda a América Latina.

Glória ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo! Amém. □

---

### Crer para viver e sobreviver

Bíblia — "Jesus é a Testemunha fiel, o Primogênito dos mortos, o Príncipe dos reis da terra", Ap 1,5.

Leitor — JESUS é o Senhor. Não há motivos para temer. Entreguemo-nos ao seu senhorio. Aceitemo-lo como o rumo certo para nossas vidas. Apostar nele seja a resposta de nossa fé. Tornar nossos os seus critérios. *Fazer agora o que e como Jesus fez outrora*. Crer nele é garantia de viver e sobreviver. Glorificá-lo. Aclamá-lo. Ele, aquele que era, que é e que vem. Sim, para sempre. Amém (Pe. Marcos de Lima, SDB).

# I N F O R M E

## CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

---

---

---

---

### **XVI ASSEMBLÉIA DAS SUPERIORAS GERAIS DAS CONGREGAÇÕES BRASILEIRAS**

Fortaleza-CE, 11 a 16 de agosto de 1988.

Como acontece anualmente, reuniram-se em Fortaleza-CE nos dias 11 a 16 de agosto p.p., 58 Irmãs de 37 Congregações Brasileiras. Teve como objetivo eleger nova Equipe de Coordenação, refletir sobre o papel da VR Brasileira no contexto da Nova Evangelização e intensificar a comunhão e partilha entre as Congregações Brasileiras em vista de um melhor serviço à Igreja.

O tema desenvolvido: "Identidade da Vida Religiosa brasileira e seu papel na Nova Evangelização", teve como assessores Pe. Francisco Taborda — SJ e Irmã Ana Roy — AC. No ambiente amplo e acolhedor da Porciúncula, o encontro transcorreu em clima de fraterna alegria, partilhas, reflexões, celebrações e lazer.

A Equipe de Coordenação contou com a valiosa colaboração da CRB Nacional e da Regional de Fortaleza, pelo que, a montagem do encontro, o conteúdo, a dinâmica com que os trabalhos foram conduzidos, fizeram desse encontro um momento forte de conscientização, compromisso e posicionamento frente às novas exigências da evangelização.

A palavra orientadora e convincente do Pe. Taborda sobre Identidade Religiosa, foi mostrando que identidade não é algo fixo como carteira de identidade, mas algo dinâmico que evolui e se define ante os embates que a vida apresenta. Somos aquilo que nós fazemos ante as solicitações para o bem ou para o mal. Se o que temos de mais pessoal — a identidade — e esta não a temos por nós mesmos, mas vem de Deus através das pessoas, fatos e circunstâncias, nada mais justo do que, numa resposta de encarnação, à semelhança de Cristo, esvaziar-se de si mesmo para assumir o pobre e o contexto em que ele vive. Nos passos do êxodo, a inserção deverá ser não só geográfica e social, mas também espiritual e cultural.

Urge que as Congregações brasileiras apresentem uma fisionomia genuinamente brasileira identificada com a cultura de nosso povo.

Irmã Ana Roy, partilhando experiências e vida, insistiu na necessidade de uma forte espiritualidade bíblica para fazer surgir o "novo" de Deus. A nova Evangelização exige que se assumam o passado e se projete para frente, assumindo o desconhecido em busca de novos caminhos para atualizar os carismas dos fundadores. Pela mobilidade, resgatar a força criadora do antigamente e descobrir, hoje, formas novas de serviços. Quando os apelos de Deus e os

clamores do povo passarem pelo coração, encontraremos formas de nova evangelização.

Enfocando a Bíblia, Irmã Ana ressalta a atuação de mulheres que deixando-se possuir por Deus, posicionaram-se em defesa da vida, numa luta contra a dominação, gerando libertação.

Hoje, o Espírito Santo continua mobilizando mulheres que redescobrem a identidade feminina com a mãe-terra, pois quando esta é prostituída, a mulher ferida se levanta para defendê-la como defende um filho. É uma reação suscitada pelo Espírito Santo na pessoa que mergulha em Deus. Esta mística não vem de fora, mas explode de dentro e sobe da terra machucada.

Mulher-terra e terra-mulher marcham ao compasso da história numa grande luta de libertação.

Outra dimensão da espiritualidade é a do pobre que invadiu o ser da mulher consagrada. Nos tantos rostos desfigurados, a religiosa se defronta com Deus. O real encontro com o pobre nos desinstala e impulsiona a um contexto mais amplo de ação. Grandes mudanças acontecem e uma nova espiritualidade vai-se construindo. O pobre torna-se a chave da libertação que abrirá a porta à Nova Evangelização.

Os vários questionamentos refletidos em grupos, levaram as participantes às seguintes conclusões como compromissos para as Congregações Brasileiras: **INCENTIVAR UMA ESPIRITUALIDADE BÍBLICA QUE PARTA DA BÍBLIA E DA REALIDADE PARA:**

Fazer acontecer a Nova Evangelização.

Fortalecer a opção pelos pobres.

Assumir a formação libertadora como resposta às necessidades do momento histórico.

Rever os passos dados na inserção à luz dos quatro aspectos do Êxodo: geográfico, social, cultural e espiritual.

Vivenciar valores de nossa cultura como fidelidade à identidade de Congregações Brasileiras.

Definir e assumir o papel específico da mulher na sociedade e na Igreja.

Como o Encontro foi de caráter eletivo, realizou-se a escolha dos membros que representarão as Congregações Brasileiras junto à UISG (União Internacional das Superiores Gerais) sediada em Roma. A nova Coordenação ficou assim constituída:

1ª Delegada: Irmã Iize Mees — Irmãzinhas da Imaculada Conceição — São Paulo, SP. 2ª Delegada: Irmã Aurélia Maria Gonçalves Greci — Filhas de Santa Teresa — Fortaleza, CE. 1ª Suplente: Irmã Armanda Franco Fomes de Camargo — Franciscanas do Coração de Maria — São Paulo, SP. 2ª Suplente: Irmã Simone Maria de Teresina — Irmãs Missionárias Capuchinhas — Fortaleza, CE. Tesoureira: Irmã Jacinta Medeiros Gurgel — Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, Petrópolis, RJ. Assessora Jurídica: Irmã Noriko Takeda — Franciscanas Filhas da Divina Providência — São Paulo, SP.

À Equipe composta pelas Delegadas: Ir. Adylles Augusta Rossatto e Irmã Hilda Maria Alochio e às Suplentes: Ir. Noriko Takeda e Ir. Aurélia Ma. Gonçalves Greci e demais auxiliares que terminam o mandato, a admiração e gratidão das Superiores Gerais. Foram anos de solicitude e dedicação aos interesses e ne-

cessidades das Congregações Brasileiras. Que Deus as recompense. Encerrou-se a Assembléia com a Eucaristia celebrada por Dom Aloísio Lorscheider, DD. Arcebispo de Fortaleza.

**Irmã Ilze Mees**

## **PRO FOCO III**

A oração do 27º domingo do tempo comum nos diz: "o Pai em seu imenso amor por nós, nos concede muito mais do que merecemos ou ousamos pedir". Foi isso que pudemos, realmente, experimentar durante o desenrolar das três etapas do Pro-Foco III, onde sentimos, claramente, a ação do Espírito Santo, que quer levar adiante aquilo que Ele próprio se propõe para sua Igreja hoje, particularmente na América Latina e, em especial, no Brasil: uma sadia e autêntica renovação espiritual, no campo religioso em geral e, mais especificamente, na vida consagrada contemplativa. Só pode ser obra de Deus que a CRB possa dispor de recursos suficientes para proporcionar aos religiosos tais encontros e, mais ainda, contar com a disponibilidade dos professores, que aqui preferiria chamar orientadores, porque durante o desempenho de suas tarefas, foram mais companheiros e amigos do que propriamente professores. Não menos valor tem a compreensão e o apoio das Congregações ao abrirem mãos de seus filhos para cooperar com tão grande quanto oportuna iniciativa. Pelo programa que segue pode-se ter uma idéia do andamento do "Curso" das matérias dadas, do esforço e do dinamismo dos dirigentes da CRB para empreenderem tão difícil incumbência.

## **PROGRAMA**

**Primeira Etapa:** "A Religiosa Contemplativa". De 10 a 30 de setembro de 1987.

01. Introdução à Metodologia Científica, Frater Henrique J. Cristiano CFMM, 08hs.

02. O Mistério da Aliança, Frater Henrique J. Cristiano CFMM, 18hs.

03. Oração Comunitária: A Liturgia das Horas, Ir. Vera Lúcia P. Horta OSB, 18hs.

04. Seguimento de Jesus Cristo, Ir. M. Carmelita de Freitas FI, 18hs.

05. Oração Pessoal, Pe. Leonard Patrick CSSp, 18hs.

06. Os votos — Missão, Frei Francisco Carloni OFMcap, 18hs.

**Segunda Etapa:** "A Contemplativa como Pessoa Humana". De 07 a 27 de abril de 1988.

07. Revisão Metodológica, Frater Henrique J. Cristiano CFMM, 08hs.

08. Psicologia do Crescimento Integral, Ir. M. da Conceição Galvão DFH, 54hs.

09. Relação de Ajuda, Pe. Clodovia Piazza SJ, 54hs.

10. Vivência Comunitária da Religiosa Contemplativa, Madre Mectildes Villaça OSB, 18hs.

**Terceira Etapa:** "A Religiosa Contemplativa e a Fé".

11. Fé, Cristologia, Eucaristia, Frei Luiz Carlos Susin OFMcap, 18hs.

12. A Palavra de Deus na Vida Contemplativa, Ir. Paula Iglesias OSB, 18hs.

13. **Eclesiologia — Mariologia**, Frei Luiz Fernando Peixoto OFM, 18hs.

14. **História da Igreja**, Frater Henrique J. Cristiano CFMM, 18hs.

15. **Retiro Orientado**, Ir. Lucília de Freitas CDS, Frei João Bonten OCD, Pe. Leonard Patrick CSSP, Ir. Catarina Doyle MSHR, 06 dias.

**TOTAL:** 60 dias de vivência comunitária; 304 horas/aula; 06 dias de retiro.

Note-se, ainda, que não basta considerar a carga horária, programa desenvolvido e matéria dadas. O que deve ser ressaltado com maior ênfase é a convivência fraterna, partilha de dons e carismas entre as religiosas participantes. Membros de 9 Ordens que ratificaram com alegria e entusiasmo quão enriquecedor é a unidade na diversidade, para conduzir à perfeição e à edificação do Corpo Místico de Cristo, que é a sua Igreja. Aqui foi confirmada e realizada a palavra de Cristo: "Onde se reunirem em meu nome Eu estou no meio deles". Que a Virgem Maria, em seu amor materno nos leve a ouvir sempre aquela sua palavra aos servos: "Fazei tudo o que Ele vos mandar", como eco daquelas de Jesus: "Se compreenderdes estas coisas, sereis felizes com a condição de as praticardes".

A todos da CRB, nosso profundo agradecimento.

**Ir. Maria Zélia Davi, SS**

**CAMPANHA DA  
FRATERNIDADE/88 E O  
RELIGIOSO EDUCADOR  
Elementos  
para uma Reflexão**

## 01 — INTRODUÇÃO

**CEM ANOS DEPOIS:**

### **A ESCRAVIDÃO E SUA HISTÓRIA**

A Campanha da Fraternidade de 1988, tomando por tema O NEGRO E A FRATERNIDADE, cem anos depois da abolição da escravatura no Brasil, nos chama a atenção para uma questão histórica e para uma questão atual.

Juridicamente, os negros brasileiros foram libertados da escravidão em 1888. Contudo, o processo de marginalização do ex-cativo permaneceu estático, em face de diversos motivos de ordem política, social, econômica, cultural e racial. Nesse panorama, a questão do negro assume uma especificidade e uma relevância maior. Não só por ter constituído ao longo de sua história a força de trabalho fundamental, mas por constituir, ainda hoje, a grande maioria da população, e, por isso mesmo, sofrer de forma mais violenta a pressão dos mecanismos ideológicos de repressão e sujeição.

## 02 — RELAÇÃO ENTRE AS CONDIÇÕES SOCIAIS E O SISTEMA DE ENSINO

Sabemos que a Escola tem uma orientação ideológica segundo a qual poderá reforçar ou não as discriminações sociais e raciais, a divisão entre o trabalho intelectual e o braçal, etc.

Numa sociedade dividida em classes a Escola atende predominantemente aos interessados da classe dominante. Assim vemos que ao longo da história, de início, só os filhos dessa classe têm acesso à escola. Com a Revolução Industrial são criadas instituições para a formação do trabalhador mas essa formação se dá segundo os interessados

e na ótica das classes privilegiadas. A escola se apresenta portanto como instrumento de inculcação da ideologia da classe dominante.

Lembramos que a ideologia é o conjunto de representação através das quais os agentes sociais e políticos pensam a si mesmos, as instituições, as relações de poder, as relações de dominação. O discurso ideológico da classe dominante se caracteriza pelo ocultamento de divisão, da diferença, da contradição, na medida em que oferece a representação de uma sociedade homogênea, sem divisões, sem antagonismos, ainda que de fato se ache totalmente dividida.

É o que podemos perceber na maneira pela qual a ideologia dominante vem encarando o negro. Junto com o tráfico e a escravidão praticou-se uma verdadeira "guerra cultural" contra ele. Essa guerra continua renascendo nos dias atuais de mil formas por meio de palavras, preconceitos, símbolos, insinuações, discriminações, humilhações. O símbolo "branco", por exemplo, significa dignidade, honestidade, bem estar, **status**, prestígio, enquanto o "negro" significa ignorância, atraso cultural, preguiça, deslealdade, falta de dignidade. Esses conceitos não são espontâneos, e sim o resultado da guerra cultural a que nos referimos.

Essa guerra vem matando paulatinamente a personalidade do negro, sua dignidade, sua identidade, destruindo suas raízes e seus próprios projetos de futuro, lançando-o e a seus descendentes numa vida sem história e sem perspectivas de mudança.

O cristianismo já herdou da sociedade romana toda uma bateria ideológica di-

rigida contra o negro e a incorporou sob forma de teologia. O texto gerador é gênesis 9, 18-27. Nele Cam, pai de Canaã (símbolo da África) é amaldiçoado por seu pai Noé de cuja nudez Cam tinha zombado. Esse texto será utilizado no sentido de comprovar que a escravidão negra é uma consequência do pecado de Cam, uma espécie de pecado original.

Esta concepção, desenvolvida por Agostinho, preparou as bases para a discriminação contra o negro, propondo as seguintes distinções: língua-dialeto; civilização-selvagem; moderno-atrasado; nação-tribo; branco-negro; cristão-pagão; religião-superstição. Estas distinções, de um grande maniqueísmo, ainda funcionam até hoje. Nelas se baseiam os dogmas do colonialismo filosófico, que afirmam que os colonizados só ganham em aderir à cultura dos colonizadores.

O francês Gobineau é considerado o "Pai do Racismo" porque transformou as idéias de seu tempo acerca das raças em "teoria científica". Segundo ele as raças "comprovadamente" superiores tem um direito "biológico" à expansão colonial, e mesmo um dever civilizador, mais ou menos na linha do que pensava o Padre Antonio Vieira, que afirmava que o povo português tinha o dever sagrado de evangelizar os índios.

Parece-nos, que a questão do "racismo" encontra sua adequada e real explicação no nível da **ideologia**, sobre o qual as demais determinações (econômico-política, psicológica, simbólica e física) desempenham um papel relevante, mas não constituem sua essência. É neste caso uma **ideologia de dominação**.

É essa ideologia que subjaz aos conteúdos educacionais brasileiros. A figura do negro é normalmente citada no passado e através de esterótipos (Pai João, Mãe Preta, etc). Foi o branco que libertou o negro incapaz de por si mesmo organizar-se e lutar. O negro é um ser inferior, incapaz. Sua única alternativa estaria em tornar-se branco ou "negro de alma branca". A educação oficial ignorando e desprezando os valores culturais do grupo afro-brasileiro cultiva nele o sentimento de inferioridade, procurando levá-lo a negar sua cultura, para fazê-lo assimilado à cultura da elite. Tudo isso reforça a discriminação social e econômica do negro, inferioriza sua cultura e situa-o de maneira subalterna na hierarquia social. Diante dessa situação, é justificável e necessária a elaboração de um sistema pedagógico visando a corrigir comportamentos raciais negativos para a convivência social em nosso meio.

#### 03 — AS IDEOLOGIAS NA CULTURA, NAS ESCOLAS E FAMÍLIA: FATORES DE RACISMO?

A cultura e a educação institucionalizadas estão impregnadas pelas ideologias da "democracia racial" e do "branqueamento". Para evitar áreas potenciais de conflito social fica decretado que no Brasil não há preconceito. Todos são iguais perante a lei. Somos uma "democracia racial", claro, desde que o negro saiba qual é o seu lugar.

Mas que fatores explicam a permanência do racismo cem anos depois de abolida a escravidão? É aí que entra o papel da família e da escola.

Sabemos que a família e a escola são agentes de socialização primária, ou

seja, são instituições que atuam de modo constante, sistemático e cotidiano na formação de opiniões da criança. Mais afastados do convívio com outros grupos sociais, as crianças e adolescentes são decisivamente influenciados pelos ensinamentos recebidos da família e da escola, que acabam por perpetuar a veiculação da ideologia dominante.

Pode-se dizer que a escola e a família atuam como instrumentos de permanência do preconceito racial, ao passo que a situação econômica do país, de expansão ou crise, contribui para a atenuação ou agravamento do preconceito racial.

#### 04 — IGREJAS VERSUS RACISMO: IDENTIDADE ECLESIAL

O fato histórico da escravidão no Brasil nos adverte que o Evangelho e a Igreja que o anuncia não podem ficar à margem do processo sócio-econômico, político e cultural sob pena de perderem suas características específicas e essenciais.

A participação das igrejas é de fundamental importância. A luta específica que tem de ser travada aí é o de enegrecimento da Igreja. A questão negra em chave vai exigir o enegrecimento da pastoral, ou seja, que ela se constitua a partir das situações concretas de opressão, discriminação e racismo em que vive a Comunidade Negra. Terá que divorciar-se da ótica branco-opressora, e assumir nova cosmovisão com olhos de gente negra.

Dentro dessa busca de enegrecimento queremos dar destaque ao aspecto da liturgia.

No catolicismo de modo particular, devido ao seu maior tempo de relacio-

namento com a população negra no Brasil, a liturgia foi uma das formas de exclusão do elemento negro. Seja através da negação à sua participação de forma ostensiva, não permitindo, por exemplo, o acesso do negro às liturgias católicas para não causar constrangimento aos brancos, seja através de impedimento das formas de expressão litúrgicas.

A liturgia verticalista e excessivamente racionalizada de matriz europeia não dizia respeito às suas dores, ao seu cativo, às suas lutas de resistência.

As celebrações litúrgicas dos grupos negros são antes de mais nada marcadas pelo sentimento religioso característico da cultura negra. Na sua visão não existem dois mundos e duas histórias maniqueisticamente separados, um sagrado e outro profano, mas uma percepção de conjunto dos elementos do universo. Deus está na natureza, participa da vida, condenando toda forma de racismo, sinal de morte.

Por isso as celebrações dos grupos são espontâneas, fugindo à rigidez e à simetria burocrática das celebrações ordinárias. Não são liturgias livrescas onde tudo já está pré-determinado condicionando a celebração à mera representação, mas oral, sem explicações excessivas, uma vez que o que se celebra está tão ligado e centrado na vida que não carece de "comentários explicativos".

## 05 — DESAFIOS PARA O RELIGIOSO EDUCADOR

a — Dado fundamental é a emergência das classes populares. O povo está tomando consciência da realidade e está tentando se organizar. Três palavras presentes no meio do povo: 1) ca-

minhada; 2) comunidade; 3) grupo de ação-reflexão.

Nós precisamos abrir os olhos para as classes populares: estão se organizando, com ou sem escolas.

b — A escola tem uma utopia: o **projeto educativo-pastoral**. Contra quem, a favor de quem, para que educamos? Que tipo de homem, sociedade e de Igreja queremos formar?

O projeto é um sinal de que não concordamos com o que está aí na sociedade e na própria escola.

c — **Aprendizagem da justiça**. A conscientização não é suficiente se não for acompanhada da prática. Conhecer os mecanismos que geram injustiça, diagnosticar as causas. Ler: Codina, Gabriel, S.J., e Justiça nos conteúdos da Instituição educativa, in Revista de Educação AEC, 65, julho/setembro/87.

d — Reformulação no currículo escolar: re-escrevendo, a história o povo negro.

No segundo grau além de estudar os povos europeus, estudar a história do povo negro.

Novo conteúdo da história do povo negro nos livros didáticos (as congregações que tem editoras). São fontes de perpetuação na discriminação do Negro no Brasil. Abrir espaços nas faculdades e colégios para debates. Ajudar a aumentar a participação do negro nas Universidades.

e — Curso de reciclagem para o Religioso Educador: o Negro e a Educação.

f — Os formandos negros e a formação: boa parte das interrupções da ca-

minhada dos formandos negros se deve a choques culturais. A negação dos valores negros na prática diária nas casas de formação induz o negro a sua personalização, a sua perda de identidade. A formação está baseada numa estrutura européia, branca, que desconhece o modo de ser do negro.

g — O Religioso Educador deve ajudar a Igreja a rever a sua prática com relação AO NEGRO: "A Igreja se organizou para o operário, para o índio, mas ainda não se organizou para o negro, não será este nosso clamor um apelo de conversão a própria Igreja?" (Leonardo Boff).

### ESPERANÇA...

O povo negro é um povo de muita esperança e tem demonstrado isso nas práticas diárias. Movimentos Negros, Agentes de Pastoral Negros, Comissão de Padres, Religiosos e Seminaristas, aumento das vocações negras, a inserção cada vez mais junto às comunidades negras... Axé!

**Pe. JURANDYR AZEVEDO ARAUJO, SDB,** Assessor da Comissão de Padres, Religiosos e Seminaristas Negros do RJ. Coordenador da C.F./88 na Arquidiocese de Niterói. Assessor da A.P.N. do Quilombo Regional de Niterói.

## **ENCONTRO DOS PROVINCIAIS DO REGIONAL SUL II E CRB REGIONAL DE CURITIBA**

Considerando-se que: "os Religiosos, por sua vez, têm na sua vida consagrada um meio privilegiado de evangeliza-

ção...; encontram-se com freqüência nos postos de vanguarda da missão" (EN 69), é uma das prioridades da CRB:

A Linha 2 — "Dimensão Missionária" — da CNBB, o COMIRE (Conselho Missionário Regional) e a CRB Regional de CURITIBA promoveram o Encontro dos Provinciais das Congregações e Institutos que têm sede no Paraná, para discutir, estudar e aprofundar, à luz do documento "Igreja: Comunhão e Missão na Evangelização dos Povos, no Mundo do Trabalho, da Política e da Cultura", da 26ª Assembléia Geral da CNBB/88, a dimensão missionária da Igreja e a contribuição que os Religiosos podem dar, para que a missionariedade das Igrejas Locais seja revitalizada, recuperando seu verdadeiro sentido.

Assim sendo, estudou-se: 1º. Documento nº 40/CNBB; 2º. Programa Igrejas-Irmãs; 3º. A animação missionária.

Participaram do evento 28 Superiores Maiores (Gerais, Provinciais e membros dos Conselhos). Os trabalhos, assessorados por Pe. Jorge Paleari, Pe. Giovanni Armando e Ir. Maria Sônia Müller, desenvolveram-se num clima de muito interesse e busca.

No final, foram elaboradas algumas propostas concretas: Que o estudo de missiologia seja incluído no currículo teológico e nos programas de formação da CRB e das Congregações. Que se formem equipes de animação missionária nas Dioceses. Que seja divulgado e apoiado, efetivamente, o Programa Igrejas-Irmãs. Que se faça uma maior divulgação da literatura missionária. Que seja enviada uma moção à Linha 3 — "Catequese" —, para que a dimensão missionária seja mais explícita nos

manuais catequéticos e na formação dos catequistas. Que a CRB elabore, como fez em outros assuntos, subsídios de formação missionária para as comunidades religiosas.

O Encontro realizou-se em Curitiba, nos dias 15 e 16 de junho de 1988.

**Irmã Maria Sônia Müller**

## **FUNDADOR DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SANT'ANA: 150º DE MORTE**

O **Marquês Carlos Tancredi Faletti de Barolo** nasceu em 26 de outubro de 1782 na cidade de Turim, na Itália.

O pai, Marquês Otávio Tancredi, educou-o para o amor à cultura e para a disponibilidade ao bem comum. A mãe, Paulina d'Oncieu de la Bâtie, transmitiu-lhe uma religiosidade profunda e ensinou-o a ligar a fé à vida.

Em 1807, aos 25 anos, casou em Paris com a **Marquesa Júlia Colbert de Maulévrier**, de 22 anos, jovem culta, ativa e ao mesmo tempo forte e amadurecida pela experiência da Revolução francesa, que marcou profundamente a sua família.

Formavam um casal ideal e o seu casamento foi feliz. O amor de um pelo outro crescia com o passar do tempo e se exprimia num projeto comum de vida, no respeito recíproco à individualidade de cada um.

Durante vários anos o Marquês se interessou por problemas sociais e administrativos na cidade de Turim.

Realizou diversas obras de caráter sócio-econômico:

- auxílio aos pobres, de acordo com as eventualidades, em especial oferta de oportunidade de trabalho e de poupança;

- incentivo à instrução gratuita de modo que todos, sobretudo aqueles que devido à sua baixa condição social e deficiências físicas não podiam ingressar no sistema escolar, tal como estava estruturado, tivessem a possibilidade de instruir-se segundo as suas capacidades e necessidades;

- apoio à criação da primeira Caixa Econômica no Piemonte;

- reestruturação do plano piloto da cidade; em particular, foi notável a sua contribuição pessoal para que Turim tivesse o novo campo santo tão necessário.

A sua atenção voltou-se especialmente para as crianças e os adolescentes, cuja evolução educativa acompanhou desde o jardim-de-infância até à orientação profissional. Empenhou-se na educação dos meninos, fundando para eles, em seu palácio, o primeiro jardim-de-infância do Piemonte.

Acompanhou com particular interesse os jovens em sua delicada inserção na sociedade, cuidando da orientação profissional e sustentando a Escola de Artes e Ofícios. Ajudou estas iniciativas com escritos que mandou publicar.

Consciente da necessária continuidade da obra educativa, **fundou uma Congregação de Irmãs que se dedicassem em tempo integral à juventude das classes pobres.**

Em 10 de dezembro de 1834 as dez primeiras jovens, reunidas no palácio Barolo, deram início à "Congregação das Irmãs de Sant'Ana".

Em agosto de 1835, quando a epidemia da cólera se abateu sobre Turim, depois de ter devastado grande parte da Europa, o Marquês, ao lado da esposa, empenhou-se incansavelmente em prestar socorro a todos que precisassem.

A sua admirável e caridosa atividade obteve o reconhecimento oficial. A cólera afetou a saúde do Marquês e foi a causa da sua morte, em 4 de setembro de 1838 em Chiari (Brescia).

As obras que iniciou foram continuadas pela esposa, nomeada sua herdeira universal. O Marquês de Barolo deixou na Igreja, para cada um de nós, o seu testemunho de:

- convicção bíblica da paternidade divina, convicção baseada na consciên-

cia do amor de Deus por todas as criaturas, para cada uma das quais Ele tem um projeto particular;

- liberdade interior expressa em pobreza evangélica pessoal, disponibilidade total aos outros e obediência filial a Deus;

- escuta da Palavra de Deus que molda a vida;

- gratidão a Deus, adesão constante à sua vontade, alegria em fazer o bem, capacidade de perdoar as ofensas recebidas, indiferença a qualquer honraria;

- devoção filial a Nossa Senhora;

- caridade disponível até o sacrifício da própria vida.

A síntese da sua vida: "**Fez o bem a muitos e gostaria muito de fazê-lo a todos**" é um convite, um incentivo a realizar **hoje** este bem desejado para todos.

**Irmã Leticia Lo Re**

---

### Quem é o cristão?

Bíblia — "Filho de Davi, Jesus, tem compaixão de mim!", Mc 10, 47.  
"Filho de Davi, tem compaixão de mim!", Mc 10, 48.

Leitor — A *confiança*. O cristão sabe quem é Jesus. Por isso, grita. Clama. Espera. CONFIA. Tem certeza. Proclama como Pedro (Mc 8, 8, 29), como o Oficial romano (Mc 15, 39). Não fica iludido. Não se decepciona. Jesus é aquele que acalma a tempestade e desperta ou restabelece a confiança.

Bíblia — "Que eu possa VER novamente!", Mc 10, 51.

Leitor — O *pedido*. O cristão quer ver. Conhecer e reconhecer. Tomar consciência. Comprometer-se. Reproduzir, aderir e reviver. Seguir o mesmo caminho com todas as conseqüências (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

# OS RELIGIOSOS NA HISTÓRIA DA EVANGELIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

*Vendo a história do passado, pode-se crer que a fé e a confiança do povo na Igreja, hoje, se devem à atividade missionária realizada pelos Religiosos. Foram missionários incansáveis e puseram sua autoridade moral a serviço dos pobres e dos oprimidos.*

**Antonio González Dorado, SJ**

Neste encontro de Bispos e Religiosos, promovido pelo CELAM e pela CLAR, convidaram-me para refletir com os senhores e as senhoras sobre o tema sugestivo: "Os Religiosos na história da evangelização da América Latina".

É evidente que o pedido não espera que eu o desenvolva com toda sua amplitude histórica, nem com uma finalidade estritamente erudita. Nossa reflexão há de ter um objetivo eminentemente pastoral, levando em conta o hoje e o futuro de nosso continente.

Com efeito, encontramos-nos aqui reunidos para esclarecer teologica-

mente e fortalecer pastoralmente as relações eclesiais entre Bispos e Religiosos em um novo e transcendental momento do processo de evangelização da América Latina. Todos nos sentimos solidários com a situação e angústias de nosso povo, a exemplo de nossos santos e com a oferta do sangue de nossos mártires. Estamos todos comprometidos com o audacioso projeto de evangelização libertadora elaborado por nossos Bispos no documento de Medellín e Puebla, que mereceram a aprovação de Paulo VI e João Paulo II respectivamente.

Em nosso empenho de trabalhar testemunialmente unidos a serviço do Evangelho e do povo latino-americano, surgem muitas perguntas e questionamentos: — Quais são o carisma e a missão dos religiosos neste empreendimento evangeliza-

---

*Texto de trabalho para a XXII Junta Diretiva da CLAR, em Port-Au-Prince, Haiti, de 11 a 20 de maio de 1987. Tradução do Irmão Jorge Moreira Ribas, FMS.*

dor? Qual há de ser sua participação específica nesta nova etapa da Igreja? Como podemos conjugar as experiências de nosso próprio carisma com a de viver em comunhão de fé e de missão com nossos Pastores?

Podemos abordar as perguntas de muitos pontos de vista e um deles é o histórico. Nós, os Religiosos, não começamos hoje nossa história na América Latina. Nossos antepassados foram colaboradores da primeira evangelização do continente, como deixou assinalado João Paulo II, ao recordar "aqueles religiosos que vieram anunciar Cristo Salvador, defender a dignidade dos indígenas, ensinar a fraternidade como homens e como filhos do mesmo Senhor e Deus Pai" (P. 8).

## I — O PRIMEIRO MODELO DE EVANGELIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A primeira evangelização da América Latina se realiza no contexto de um projeto que foi definido pelos Reis espanhóis como Conquista das Índias Ocidentais, ao qual, por sua origem titular, podemos denominar "alexandrino".

### 1. Objetivos da Conquista Evangelizadora

A Conquista tinha dois objetivos claros: a anexação das novas terras descobertas aos Reinos da Espanha e a incorporação dos indígenas à Igreja Católica. Assim o afirmavam os monarcas espanhóis em uma das cartas reais dadas a Colombo em 1497: "Como estais em tais ilhas,

A recordação de sua história, de suas contribuições, de suas limitações e de seus erros pode ajudar-nos a compreender melhor nosso carisma e missão em comunhão com nossa Igreja comprometida na nova Evangelização da América Latina.

Para desenvolver as reflexões com uma certa ordem, dividirei o tema em quatro partes. Na primeira, analisarei o projeto missionário da primeira evangelização do continente. Na segunda, destacarei alguns dos aspectos mais importantes que mostram a contribuição dos religiosos a tal evangelização. Na terceira, recordarei algumas de suas limitações. Por último, tentarei iluminar nosso presente com as luzes do passado.

Deus querendo, procurai com toda diligência animar e atrair os naturais de ditas Índias a toda paz e quietude, e que nos sirvam e estejam sob nosso senhorio e sujeição benignamente, e principalmente, que se convertam à nossa santa fé católica, e que a eles e aos santos sacramentos, pelos religiosos e clérigos que lá estão ou forem; de maneira que Deus Nosso Senhor seja servido, e suas consciências se assegurem".

Encontramo-nos desta maneira diante de um modelo de evangelização, como inteligentemente advertiu Enrique Dussel, típico de um período de cristandade: evangeli-

zação por expansão de um Reino Cristão, semelhante à realizada pelos Reinos Hispanos durante o longo período da Reconquista e na conquista das Ilhas Canárias.

Trata-se de um modelo simbiótico de evangelização: expansão político-geográfica de um Reino hispano-cristão, para promover a cristianização da Ameríndia; desenvolvimento da atividade missionária e religiosa como meio para facilitar *também* a expansão e consolidação política do Reino Cristão.

## 2. A instauração de um Estado Missionário

Desta forma surgiu um original Estado colonizador e missionário, cuja responsabilidade religiosa e política ficava depositada nas mãos dos Reis.

Mas, qual o título que a Coroa poderia apresentar para justificar essa dupla autoridade? Desde os Reis Católicos ofereceu-se como argumento preferido a denominada doação papal, contida na bula *Inter caetera* dada por Alexandre VI aos Reis de Castilla, em 1493.

Nela, expressamente, se conferia a Castilla, "poder, autoridade e jurisdição plena, livre e omnímoda", sobre as novas terras descobertas.

Na mesma bula, enfatizava-se o motivo religioso de tal doação política: "Desejando... que o Nome de Nosso Salvador seja introduzido naquelas regiões". E se ordenava aos Reis que enviassem "varões probos e tementes a Deus, doutos, instruídos e experimentados para dou-

trinar os indígenas e ditos habitantes, na fé católica, e impor-lhes os bons costumes". O interesse com que a Rainha Isabel acolheu esta encomenda missionária que lhe era dada pelo próprio Papa, ficou anotado em seu testamento: "Nossa principal intenção foi... procurar induzir e trazer os povos delas (das Índias), e convertê-los à nossa santa fé católica, e enviar a tais ilhas prelados e religiosos e clérigos e outras pessoas doutas e tementes a Deus, para instruir os vizinhos e seus moradores na fé católica e doutriná-los e ensinar bons costumes".

Ficavam assim estabelecidas as bases de um novo Estado colonizador e missionário. Em 1526, em uma real provisão dada em Granada, recorda-se que os Reis, desde o descobrimento das novas terras, estabeleceram que se comunicasse aos índios que os *espanhóis eram enviados* para "instruí-los na santa fé católica e pregá-la para a sua salvação e atraí-los para nosso senhorio, para que fossem tratados, favorecidos e defendidos como os outros nossos súditos e vassallos".

## 3. Centralização Estatal: Padroado Régio e Conselho das Índias

A globalidade do projeto político-religioso ficava desta maneira centralizado na autoridade concedida ao Rei pelo Papa. Mas, para se tornar viável o exercício de tal autoridade, era necessário resolver dois problemas: primeiro, determinar as prerrogativas necessárias para que os Reis pudessem cumprir sua nova responsabilidade evangeliza-

dora; segundo, a criação de organismos necessários para exercer esta função. Respostas a essas necessidades foram a concessão do Padroado Régio e a instauração do Conselho das Índias.

O *Padroado Régio* foi concedido por Julio II, com a bula *Universalis Ecclesia* (1508). Outorgava à Coroa de Castilla o direito de padroado universal, ficando nas mãos dos Reis a correspondente "soma de privilégios com alguns encargos" que lhes permitiam o controle da evangelização missionária e a vida da Igreja na América. Entre os privilégios sobressaíam a apresentação de Bispos e a administração dos bens religiosos. Era obrigação do Estado financiar toda organização eclesial e missionária.

Adriano VI, no breve chamado *Omnimoda* (1522), concedeu posteriormente ao Rei o envio de missionários, o direito sobre sua seleção, o exame e possível veto aos escolhidos para a missão.

Em 1532, Clemente VII concedia ao Imperador faculdades sobre certos envios de missionários, mesmo sem licença dos respectivos superiores.

As concessões e privilégios foram se multiplicando de tal forma que, como afirmou Lopetegui, "o mínimo que se pode dizer é que esse conjunto ultrapassa qualquer noção comum de padroado", tendo em vista que "praticamente toda a administração eclesiástica das Índias estava sob controle do Rei e seus ministros ou conselhos". Assim se explica que começara a desenvol-

ver-se a teoria do *vicariato régio*, como se o Rei fosse um vigário ou delegado do Papa para o governo da Igreja nas Índias, com uma confusa participação do Estado na jurisdição eclesiástica propriamente dita.

O *Conselho Real e Supremo das Índias* ficou formalizado em 1524. Estava encarregado de governar ou entender de tudo que era pertinente às colônias ultramarinas, inclusive no plano missionário e eclesiástico.

Mediante esse organismo a Coroa e o Estado cumpriram com a missão religiosa que os Pontífices lhes haviam encomendado, e o exercício dos direitos e deveres que lhes conferia o Padroado Régio, mediatizando a livre comunicação entre os Bispos e missionários e a Santa Sé. Sobretudo, a partir de Felipe II, incrementou-se o controle de tal maneira que não se permitia que qualquer coisa fosse a Roma sem antes passar por esse organismo, e todo documento pontifício ou romano ficava submetido às limitações do *placet regio*.

Com toda clareza, D. Juan de Mendoza y Luna, em um curioso documento que enviava ao Príncipe de Esquilache em 1615, afirmava que "os Reis também quiseram que as religiões das Índias os reconhecessem como patrões, pois, na verdade, se isso faltasse, seus direitos ficavam muito reduzidos". Era a conseqüência lógica de todo o sistema estabelecido.

#### 4. A imagem do missionário: evangelizador e funcionário real

A possibilidade de levar à frente tão ingente projeto se encontrava condicionada ao recrutamento de missionários, soldados e colonizadores.

Supondo a unidade do projeto religioso-político do Estado, as distinções entre esses grupos não eram tão nítidas como poderíamos imaginar.

Os militares também se sentiam missionários. Motolinia, falando de Hernán Cortés, afirma que "ainda que como homem fosse pecador, tinha fé e obras de bom cristão, e um desejo muito grande de ampliar a fé em Jesus Cristo e morrer pela conversão dos gentios". E Zamora, referindo-se a Quesada, testemunhava que "era homem discreto, suave em suas palavras e inclinado a tudo que seja culto divino e exaltação da cristandade entre os índios".

Aos colonos e encomendeiros se lhes confiava também a educação cristã dos indígenas. Segundo Herrera, "em cumprimento dessa ordem (8 de janeiro de 1504) Nicolás Ovando deu a cada castelhano, quantos indígenas bem lhe pareceu, e a isso chamaram de "repartimiento", com uma carta que dizia: a vós, fulano, se vos recomendam tantos índios, com tal cacique, e ensinai-lhes as coisas de nossa santa fé".

O papel do missionário era complexo: evangelizador e funcionário real. Acompanhava como capelão as tropas de ocupação; era constituído pastor das novas igrejas locais integradas por uma estratificada freguesia social integrada por

espanhóis, crioulos, mestiços, aborígenes e morenos; conquistava para Sua Majestade, mediante a evangelização, novas terras e novas comunidades indígenas de fronteira, às quais chegavam depois os militares e os colonos; pregavam o Evangelho aos ameríndios para convertê-los à fé e incorporá-los à Igreja. Um eminente missionário, P. Antonio Ruiz de Montoya, em seu livro "A Conquista Espiritual" (1639), assegurava a Felipe IV que havia realizado sua difícil tarefa missionária entre os guaranis "para agregá-los ao aprisco da Santa Igreja e ao serviço de Sua Majestade".

A ambigüidade do missionário era claramente percebida pelo aborígene. Temos um testemunho preclaro entre outros. À véspera do martírio do Beato Roque Gonzalez de Santa Cruz, Potivara, um indígena guarani, o diz diretamente: "Estou farto e cansado de ouvir estas coisas que dizes, porque sou cristão dos de Frei Alonso de Buena-ventura. Era eu que levava seu idioma aos índios e pregava as coisas dos cristãos... Já vos conheço e aos espanhóis...; os espanhóis enviam a estes para explorar nossas terras com títulos de religiosos, e logo depois vêm outros que nos expulsam delas e levam nossos filhos e mulheres".

## 5. Ambigüidade do modelo hispano de evangelização

O modelo hispano de evangelização que se estabeleceu na América durante os anos da colônia era congruente e equilibrado dentro da

lógica medieval européia de um Reino Cristão expansivo e missionário. Modelava-se no interior de um esquema de Cristandade.

Mas a liberdade e o dinamismo original da evangelização missionária ficavam mediatizados pelas exigências de um projeto político-religioso que postulava simultaneamente, a partir de sua dimensão política, o apoiar a missão e ser apoiado por ela.

É evidente o interesse que sempre demonstrou o Estado-Missionário na propagação da fé e na implantação da Igreja nos territórios de ultramar. Mas também são claros os interesses econômicos, sociais e políticos pretendidos pelo próprio Estado em sua conquista.

Desta forma, encontramos-nos diante de um conjunto de contradições,

especialmente para a evangelização, que se transforma em fonte de problemas, tensões e dificuldades as quais apareceram nos primeiros anos do descobrimento.

Não é este o momento de analisar as possibilidades e limitações históricas que teve a Evangelização na América Latina, ao ter que se desenvolver em tão ambíguo modelo. Nosso interesse se situa em outro ponto. Perguntamos qual foi o papel que tiveram os religiosos missionários no interior deste sistema de evangelização e qual foi sua colaboração específica ao continente, à Igreja, inclusive ao mundo. Não podemos nos esquecer de que nos encontramos diante de um dos capítulos mais importantes da história missionária da vida religiosa.

## II — RELIGIOSOS NA PRIMEIRA EVANGELIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

É indiscutível, hoje, entre os historiadores a importância que tiveram as Ordens Religiosas na primeira evangelização da América Latina.

Já em 1551, o Conselho das Índias testificava ao Imperador que “naquelas terras (das Índias) os religiosos são a principal parte para a conversão e doutrina e bom tratamento dos índios”. Pe. José de Acosta, em 1576, escrevia: “Ninguém haverá de tão pouca razão, nem tão adverso aos regulares que não confesse abertamente que ao trabalho e esforço dos religiosos se

devem principalmente os princípios desta igreja das Índias”.

Os primeiros religiosos missionários se dirigiram às Antilhas com a expedição colombiana de 1493. Conservaram-se seus nomes: Frei Fernando Boyl, beneditino; Frei Román Pane, jerônimo; o mercedário Juan Infantes e três franciscanos: Frei Rodrigo Pérez, sacerdote e os leigos franceses Frei Juan Deledeule e Frei Tisin ou Cosin.

Durante o século XVI, segundo os cálculos de Schaefer y Aspurz, uns 5.000 religiosos passaram como

missionários nas Índias Ocidentais: 2.000 franciscanos, 900 dominicanos, 1.200 agostinianos, 550 jesuítas, 250 mercedários, 150 carmelitas. Com razão, Fernandez de Oviedo, historiador da época, afirma graficamente que "choveram" frades.

Segundo investigações de Demétrio Ramos, no século XVI vieram uns noventa religiosos por ano; no século XVII uns cem; e 130 no século XVIII.

## 1. A opção da evangelização missionária

O descobrimento da América coincide com o grande movimento de reforma das Ordens Religiosas e de toda a Igreja que foi impulsionado pelo Cardeal Francisco Jiménez de Cisneros.

Os religiosos que começaram a passar às Índias ficam caracterizados por uma profunda identificação com a evangelização missionária dos indígenas, encomendada por Alexandre VI aos Reis espanhóis em suas bulas *Inter caetera*. Para recordar apenas alguns modelos preclaros, é suficiente anotar os primeiros dominicanos que se estabelecem na Española e as audazes comunidades franciscanas que fizeram a evangelização da Nova Espanha.

a) A decidida vocação missionária destes religiosos fez com que sua tarefa apostólica se estendesse praticamente a todo território de domínio hispano. Inclusive se adiantaram, em muitas ocasiões, à ocupação efetiva da autoridade militar e

civil, como sucedeu no norte de Nova Espanha, nas bacias interiores do Orinoco e do Amazonas e, ao sul, pelo Prata e os Andes araucanos. Foram os religiosos quase os únicos missionários de fronteira.

b) Seu objetivo não se resumia à multiplicação indiscriminada de batismos, como fez supor uma literatura fácil. Simbolicamente se denominaram OS DOZE ou OS DOZE APÓSTOLOS os primeiros franciscanos que foram enviados por Adriano VI ao México, em 1524. O nome encerrava um projeto: à imitação dos Apóstolos, edificar uma Igreja nova e santa com os indígenas nas novas terras descobertas, às quais nunca anteriormente havia chegado a fé em Cristo Salvador.

Isso explica o esforço e o trabalho que desenvolveram: aprendizagem das línguas nativas, elaboração de catecismos adaptados, sérias investigações etnográficas, principalmente as realizadas por Sahagún, e inclusive a construção de um seminário para indígenas, a implementação de uma pastoral vocacional religiosa e a edificação de conventos para monjas ameríndias.

É certo que as primeiras iniciativas nesta linha infelizmente fracassaram com rapidez. Fecharam-se os conventos de monjas promovidos por Sahagún. Saíram da Ordem os primeiros indígenas que receberam o hábito de São Francisco. Do Seminário de Tlaltelolco, inaugurado em 1536, quatro anos depois escrevia o Bispo Zumárraga a Carlos V com marcado pessimismo:

“O Colégio de Santiago, que não sabemos quanto tempo durará, pois os estudantes gramáticos” são mais propensos ao matrimônio do que ao celibato.

São complexas as razões desses fracassos e não é o momento para refletir sobre elas. No entanto, o esforço empreendido pelas comunidades franciscanas, nesta linha, claramente marca seu objetivo missionário: a edificação de igrejas indígenas e não apenas a ereção de postos de missão. Era o projeto de passar em pouco tempo de uma pastoral indigenista a uma pastoral indígena.

## 2. O grande conflito: Evangelização e Política

Os primeiros religiosos dominicanos que chegam à Espanha em 1510 tinham uma clara opção e carisma, que será partilhada pela maioria dos religiosos durante a época da colônia: a prioridade absoluta da evangelização missionária dos indígenas sobre qualquer outro tipo de compromissos e de interesses. Mas tal opção ficava demarcada pelo modelo de evangelização estabelecido pelos Reis de Castilla e, radicalmente, pelas bulas pontifícias de Alexandre VI. Imediatamente surgirá o conflito entre a opção dos religiosos e o modelo evangelizador, entre as exigências da evangelização missionária e a prática política.

Com efeito, a conduta dos conquistadores espanhóis com relação aos indígenas já, pelo término de 1496, havia originado um ambiente

de animosidade e rebelião dos nativos contra a obra de colonização e evangelização que se pretendia realizar.

Em 1502, chega a São Domingos como novo governador, Nicolás de Ovando com ordens precisas da Coroa. Realiza uma repressão sangrenta entre as tribos indígenas sublevadas, e procede à primeira repartição de índios com caráter legal. A própria Rainha Isabel, em dezembro de 1503, emite uma carta real onde ordena a Ovando: “Daqui em diante, compeli e ordenai aos ditos índios para que tratem e conversem com os cristãos da referida ilha e trabalhem em seus edifícios, recolham e extraiam ouro e outros metais.” Era a imposição do trabalho forçado e da repartição dos indígenas. Era a subordinação do mundo indígena, não apenas aos Reis de Castilla mas também aos colonizadores. No caso de resistência justificava-se a guerra de pacificação. A expansão do Reino Cristão nas Índias começava a manifestar a profunda violência que inevitavelmente levava escondida em seu seio.

Ovando implementou imediatamente as ordens reais. Os indígenas foram profusamente repartidos entre os espanhóis em “encomiendas”. Foram perseguidos e severamente castigados os que, por reação legítima e natural, desertavam do trabalho e se escondiam pelos montes. Em tais circunstâncias, a evangelização missionária entrou em profunda crise que anos mais tarde relatará Frei Bartolomé de las Casas.

Os três novos dominicanos que abrem o convento de São Domingos em 1510, em seguida advertiram sobre a dificuldade de conversão dos indígenas à fé, devido ao modo de proceder dos conquistadores e a violência injusta que se desencadeava pela conquista colonizadora. Desta maneira se conscientizaram da contradição entre a conquista espiritual e a conquista política.

No dia 21 de dezembro de 1511, 4º domingo do Advento, Frei Antonio de Montesinos que posteriormente morrerá como mártir na Venezuela, em 1530, faz seu célebre sermão diante das autoridades e personalidades da ilha. É um documento escrito, como um proclama, e assinado por toda a comunidade dos frades. O texto evangélico, que o encabeça, tem um valor simbólico: "Sou a voz daquele que clama no deserto."

O argumento medular do documento, levando em consideração não apenas o texto mas também o contexto histórico e carismático dos dominicanos que o subscrevem, é a afirmação da evangelização como valor prioritário e supremo sobre qualquer outro tipo de projetos e interesses, e a denúncia do escândalo de uma conquista cristã-política que não respeita a dignidade humana dos indígenas, e que injustamente os oprime e escraviza, impedindo o processo de uma evangelização autêntica e, conseqüentemente, testemunial e pacífica.

Por isso, o sermão não se reduz a uma denúncia de abusos circunstan-

ciais cometidos pelos soldados e colonos da ilha contra os indígenas. Questiona a implantação do trabalho forçado, o processo da repartição e a instauração das "encomiendas". Proclama como injustas as guerras levantadas contra "gentes que estavam em suas terras mansas e pacíficas", com o objetivo de submetê-las à vassalagem castelhana. E, conseqüentemente, de uma maneira implícita, no entanto clara, os dominicanos deixavam questionados os próprios fundamentos em que se apoiava o projeto político: a justiça e a validade dos títulos da conquista, da ocupação de nações não agressivas e da impossibilidade de uma vassalagem a povos livres.

A conclusão do documento é uma tomada de posição decidida e clara por parte dos evangelizadores missionários: "Todos estais em pecado mortal e nele viveis e morreis por causa da crueldade e tirania que usais com estas inocentes gentes... Tende por certo de que no estado em que vos encontrais não vos podeis salvar mais do que os mouros ou turcos que carecem e não querem a fé em Jesus Cristo." É importante recordar que, nessa época, tanto os mouros como os turcos eram considerados não apenas como infiéis contumazes, mas também como piratas e invasores injustos contra os quais se desencadeavam as guerras qualificadas como cruzadas pelos cristãos.

Nesse documento, surgido do fervor de uma comunidade religiosa e missionária, se encontra já o gérmen da colaboração específica que as

Ordens Religiosas vão dar à história e a partir da história da evangelização da América Latina. Supõe duas opções de base: a opção prioritária pela evangelização missionária e a opção preferencial pelos indígenas oprimidos e violentados, aos quais os missionários reconhecem como homens racionais e livres, a quem estamos obrigados a amar como a nós mesmos, segundo a expressão de Montesinos.

### 3. Proclamação da liberdade dos povos e evangelização da autoridade pontifícia

A reação política foi rápida. Em 1512, Fernando, o Católico, em carta a Colombo, qualifica o documento dos dominicanos de escandaloso e sublinha que "devia o almirante ter procedido com rigor, pois o erro foi grande demais". E o provincial dominicano de Espanha, Frei Alonso de Loaysa, que pensou retirar os religiosos da ilha, justifica a postura política do Rei, "pois tantos prelados de letras e consciência e também o Santo Padre o permitem". E acrescentava, "estas ilhas as adquiriu Sua Alteza IURE BELLI, e Sua Santidade fez a doação delas ao Rei Nosso Senhor".

Mas, comprometidos os religiosos com uma evangelização missionária livre, testimonial e pacífica, questionavam exatamente os dois títulos justificativos da conquista política e os submetiam à revisão crítica: o primeiro pelo Direito das Gentes; o segundo pelas limitações do poder pontifício.

Fazia falta uma audácia e liberdade evangélicas extraordinárias para poder enfrentar estas questões dos títulos da conquista. Em plena disputa sobre o tema, Frei Francisco de Vitoria, também dominicano, dizia a P. Arcos, em 1534, que se atacava o direito de conquista: havia uns que diziam que ia contra o poder do Papa e outros que ia contra o do imperador. E acrescentava: "Itaque fateor infirmitatem meam e que faço o quanto posso para não romper com esta gente. Mas si omnino cogor a responder categoricamente, ao cabo digo o que sinto".

Religiosos missionários e religiosos teólogos das Universidades espanholas se sentiram unanimemente comprometidos com o esclarecimento desses temas por causa de seu compromisso evangelizador. Entre eles se sobressaem Frei Antonio de Montesinos, Frei Bartolomé de Las Casas, Frei Antonio de Cordoba, Frei Francisco de Vitoria e posteriormente, Soto, Bañez e Suárez.

Francisco de Vitoria emerge entre todos. Em suas *Relecciones* distingue claramente entre o poder civil e o poder eclesiástico. O primeiro tem sua origem natural nos povos que o transferem aos governantes para um fim natural. O poder eclesiástico não dá poder civil: vem de Cristo e, tendo uma origem sobrenatural, seu fim é também estritamente sobrenatural.

Partindo dessas premissas deduz duas conclusões principais. Primeira conclusão: o Papa não tem poder temporal sobre o mundo, com

o que ficava invalidado o título de doação pontifícia, no qual se apoiavam, em primeiro lugar os Reis Hispânicos para justificar a conquista com todas as suas conseqüências. Segunda conclusão: todos os povos têm seus próprios direitos de independência e liberdade, que não ficam anulados nem por sua incultura nem por sua infidelidade, com o que se negava a autoridade indiscriminada do Imperador sobre toda a terra.

Simultaneamente, se reconheciam os deveres dos povos entre si, como era o dever de uma intercomunicação humana que, quando injustamente negada, podia ser exigida, inclusive pelas armas, uma vez esgotados os meios pacíficos.

Do ponto de vista estritamente teológico, o fenômeno é considerado exemplar e interessante.

A profunda identificação dos religiosos com o projeto de evangelização missionária da Ameríndia promoveu uma revisão da eclesiologia vigente e uma evangelização transcendental da atividade política internacional, ao mesmo tempo que ficava questionada eticamente a nova situação que se havia produzido nas Índias.

A base da doutrina da autoridade secular do Papa sobre o mundo, amplamente generalizada na época, partia de uma antiga opinião sustentada por Enrique de Susa. Afirmava que os Papas tinham a máxima autoridade temporal e espiritual como sucessores de Cristo, que também a tinha tido. A herói-

ca identificação dos missionários religiosos com o Evangelho colaborou eficazmente para a purificação e evangelização da teologia do Papado. A função do Papa ficava limitada à edificação da Igreja e à evangelização do mundo, conseqüente com o princípio proclamado pelo próprio Jesus: "Meu Reino não é deste mundo" (Jo 18,36).

Também foi resultado da ação dos missionários religiosos a evangelização da politologia vigente na Europa, chegando a estabelecer, por meio de Frei Francisco de Vitória, as bases do novo Direito Internacional, no qual se reconhece a origem democrática da autoridade civil e o direito à liberdade de todos os povos e nações, ainda que limitada quando esses não respeitam os legítimos direitos das outras nações, ou quando tiranicamente a autoridade viola sistematicamente a dignidade e os direitos humanos dos próprios cidadãos.

Conseqüência dessa dupla evangelização realizada pelos religiosos missionários no campo da eclesiologia e da politologia, foi o questionamento da justiça da conquista política realizada pela Espanha e pelas outras nações européias, tanto na América como no Extremo Oriente.

Os resultados práticos, nas Índias, desse tipo de evangelização eclesial e política e dessas denúncias, foram limitados. De fato, por ocasião da discussão das Novas Leis (1542), parece que Carlos V, por preocupações de consciência, quis abandonar a conquista do Peru e,

como afirma um autor anônimo da época, “quis Sua Majestade deixar estes reinos aos incas tiranos”. Mas os anos haviam passado em discussões, os interesses se haviam multiplicado e a situação geral devia ser tão complexa que parece que o próprio Vitoria aconselhou o Imperador a continuar a conquista.

Com os anos foi desaparecendo a preocupação e se seguiu invocando a concessão de Alexandre VI para resolver os litígios entre os países europeus interessados em participar na conquista. Na Junta de Valladolid de 1550 se propunha este significativo questionamento: “Que forma poderia haver, como ficam aqueles povos sujeitos à majestade do Imperador Nosso Senhor, sem lesão de sua consciência, conforme a bula de Alexandre.” Sem dúvida, ficou um importante escrúpulo na consciência metropolitana, que iria ser aproveitado pelos missionários dentro de uma situação irreversível. Os estadistas espanhóis insistiram em suprimir a palavra “conquista” por “pacificação” e “povoamento”, alegando esta razão no livro IV da *Recopilación*: “Pois, tendo-se de fazê-lo com toda paz e caridade, é nosso intento que mesmo este nome, interpretado contra nossa vontade, não dê ocasião ou motivo ao capitulado a que se force ou prejudique os índios”.

Aceita pela Igreja e pelos religiosos a irreversibilidade da situação política, seu espírito missionário os levou a lutar contra os atropelos mais importantes do sistema.

Vamos apenas nos fixar em dois aspectos: a defesa da liberdade dos

aborígenes e a instituição das reduções.

#### 4. A defesa da liberdade dos aborígenes

Estabelecido o novo sistema político-religioso nas Índias, não se devia, pelo menos, esquecer que sua finalidade era com relação aos aborígenes: “trazê-los a nosso senhorio, para que fossem tratados, favorecidos e defendidos como os nossos outros vassallos e súditos”, como se dizia na real provisão dada em Granada, em 1526. Assim rezava a letra dos documentos. Mas a Conquista não só arrasou a liberdade política das comunidades indígenas — transformando os ameríndios em vassallos de Castilla — mas também, de fato, com a lógica da conquista e das necessidades da metrópole, atentou violentamente contra os direitos mais elementares das pessoas.

Esse fato era evidente para os missionários religiosos, que se constituíram em defensores e protetores dos índios. Como defensores da liberdade dos aborígenes sobressaem, entre outros, Frei Antonio de Montesinos, Frei Bartolomé de Las Casas e Frei Bernardino de Minaya, todos eles da Ordem dos Pregadores.

##### a) As causas da opressão

Dois fatores históricos explicam especialmente a situação de opressão a que ficaram sujeitos os indígenas, teóricos vassallos livres da Coroa: a ideologia da conquista e os interesses econômico-políticos que tinha a metrópole na Europa.

O fenômeno da "conquista" está sempre marcado por uma ideologia característica, e assim também aconteceu com a conquista espanhola da América. Os conquistadores nunca duvidaram de sua superioridade, tanto religiosa como cultural, e inclusive se sentiam obrigados, em sua consciência, a integrar os aborígenes em seu próprio mundo, o que supunha um longo processo pedagógico antes de alcançar as propostas metas integracionistas. Esta ideologia conquistadora, etnocêntrica e integracionista, situava axiologicamente o ameríndio num plano de inferioridade, que aparece visivelmente marcado durante toda a época colonial, inclusive nos próprios setores estritamente evangelizadores.

De outra parte, o momento do descobrimento e da conquista aconteceu numa circunstância em que a metrópole se orientava politicamente, na Europa, onde violentamente disputavam a hegemonia os diferentes países. A participação em tais lutas supunha dispor de fortes recursos econômicos. Por esse motivo, mesmo Cristóvão Colombo recordará sagazmente aos Reis, que graças a seu descobrimento, havia transformado uma Espanha pobre numa Espanha rica.

A união desses dois fatores deu motivo a que a expansão do Reino cristão na América respondesse a uma estrutura tipicamente colonial.

Despojadas as comunidades indígenas de sua autonomia e da propriedade política de seus territórios, a colônia ficou marcada por duas

orientações fundamentais: implantação sistemática da cultura dos colonizadores, e subordinação de toda a organização colonial aos interesses econômico-políticos da metrópole.

Logicamente, os indígenas ficavam subordinados à metrópole através dos representantes colonizadores da Coroa, e quanto ao valor eram considerados crianças em relação à nova estrutura cultural. Assim, os colonizadores constituíram-se em senhores e mestres, e os indígenas *em vassallos e alunos dos espanhóis enviados pela Coroa*.

Deste modo, originou-se a formalização de uma ideologia *ética de conquista* que, devido aos esquemas da época, pretendia justificar e legalizar a escravidão, os "repartimientos" e as "encomiendas". Contra essa ética e suas concretizações históricas vão lutar com energia os religiosos em nome da evangelização.

## b) A luta contra a escravidão

A mentalidade escravagista da época aparece no próprio Cristóvão Colombo em parágrafos de seu Diário e em uma carta a Santángel. Já em 1500 enviava os primeiros 300 escravos ao porto de Sevilha o que fez a Rainha Isabel exclamar: "Que poder meu tem o Almirante para dar a alguém meus vassallos?"

Durante o período isabelino, expede-se uma carta real (1503) proibindo submeter os indígenas à escravidão. Indicava-se uma exceção, marcada pela ética conquistadora:

canibais apreendidos em suas agressões.

No entanto, o sistema devia generalizar-se, já que o tema foi levado à junta de Burgos (1512), onde o Licenciado Gregorio defenderá a escravidão como pena por pecados de idolatria e contra a natureza, e Frei Bernardino de Mesa aceita-la-á quando os senhores de tais escravos forem pessoas qualificadas.

Todavia, em 1680, a *Recopilación* recolhe uma lei proibindo a escravidão na paz ou na guerra, se bem que continuasse a exceção dos índios permanentemente belicosos, como eram os caribes e os araucanos.

Houve, sempre, uma denúncia ativa por parte dos religiosos contra esta prática. Especial transcendência teve a iniciativa do Frei Bernardino de Minaya. Conforme ele mesmo conta, em 1534, foi assinado um decreto real, que derogava outro anterior de 1530, no qual se proibia a escravidão. Prescindindo das limitações do Real Padroado, dirigiu-se à Santa Sé, conseguindo de Paulo III a bula *Sublimis Deus* (1537), na qual se sustentava a racionalidade dos indígenas, precedida de uma carta apostólica do Cardeal Juan de Tavera, Arcebispo de Toledo, ordenando-lhe proibir, sob pena de excomunhão, ipso facto incurrência, reduzir os índios à escravidão por quem quer que seja ou de qualquer maneira.

Os tempos eram difíceis e melindrosos. Carlos V ordenou recolher as bulas e conseguiu do Papa a derrogação do breve enviado ao Car-

deal Tavera, por ser lesivo aos direitos patronais do Imperador e perturbar a paz das Índias. Hoje, parece-nos estranha e desumana esta maneira de reagir diante das lesões que se produziam ante dois direitos tão desiguais: os privilégios de um imperador e o direito natural dos indígenas à liberdade.

### c) “Repartimientos” e “encomiendas”

Problema que teve muito mais transcendência, por sua tensão e generalização, foi a instauração das “encomiendas”, tema estreitamente ligado à imposição do trabalho forçado e das repartições. Foi um sistema colonizador que praticamente incluía uma velada escravidão de fato, ainda que não de direito, e que propiciava, ainda que de modo velado, todo tipo de abusos e arbitrariedades por parte dos “encomenderos”. Grande e difícil foi a luta que mantiveram todos os religiosos contra esta instituição, desde os dominicanos da Espanha até os jesuítas do Paraguai. Como razões contrárias à “encomienda”, nestas lutas sempre prevaleceram as dificuldades que criava à evangelização missionária a lesão dos direitos humanos e jurídicos do indígena-vassalo de Sua Majestade, e as desumanidades e abusos que os “encomenderos” cometiam com frequência.

A “encomienda” foi uma variante americana do feudalismo espanhol da Idade Média. No século XVIII, Solórzano a definia como “um direito concedido por mercê real aos beneméritos das Índias para

receber e cobrar por si os tributos dos índios que lhe encomendarem por sua vida e a de um herdeiro, com o encargo de cuidar dos índios quanto ao espiritual e defender as províncias onde forem encomendados”.

O esquema da “encomienda” era relativamente simples: “encomendero” e “encomendados”. O “encomendero” pertencia ao grupo dos conquistadores e ficava constituído como senhor feudal. Os “encomendados” eram os indígenas. O “encomendero”, em relação ao Estado, tinha obrigações tributárias e militares; em relação aos indígenas devia procurar a atenção espiritual e cristã. Como contrapartida, os indígenas tinham a obrigação de trabalhar. A “encomienda” supunha a repartição de terras e de índios, e prestação de serviço forçado. Desta maneira, os índios ficavam distribuídos e sob controle imediato dos colonizadores, dentro de uma rígida estrutura piramidal da sociedade.

Os primeiros “repartimientos” e “encomiendas” tiveram início imediatamente nas Antilhas, ficando legalizados por provisões reais do ano 1503. Foram famosas as “reparticiones” de Nicolás Ovando, em 1504, e a levada a cabo por Albuquerque, em 1514, na qual se repartiram 32.000 índios. Na ótica dos conquistadores, o indígena ficava reduzido à imagem do que posteriormente se denominará, com expressão quechua, “mitayo”, que quer dizer, homem-braço, homem para trabalhar a serviço e para os interesses de outro.

O célebre sermão de Montesinos foi a grande denúncia contra as repartições, as “encomiendas” e os abusos que se derivavam delas. Posteriormente, será Frei Bartolomé de Las Casas seu grande impugnador, que manterá viva a consciência crítica dos religiosos durante os séculos da Colônia.

Resultado do primeiro esforço dos dominicanos espanhóis foram as Ordenanças ou Leis de Burgos de 1512. A constante denúncia de Frei Bartolomé de Las Casas é o que força a convocação das Juntas de 1516 e 1518, chegando até as de Valladolid e Barcelona, nas quais se elaboraram as Leis Novas de 1542, se bem que deixando sempre insatisfeitas as reclamações e aspirações do dominicano. Por outra parte, o frade nunca teve confiança demasiada nos acertos legais que se faziam na Espanha para humanizar o sistema. Em 1555, em carta ao confessor de Felipe II, escrevia: “Desenganem-se de todo V.P. e os que a V.P. enganam e ao Rei, ao dizer que, não lhes dando (aos “encomenderos”) jurisdição civil nem criminal sobre os índios, estarão estes remediados, o que foi a cautela e maldade com que alguns que vieram de Nova Espanha enganaram o confessor e o Imperador, tendo-lhes pedido três vezes que não falassem dos “repartimientos”, e tendo vindo das Índias, assalariados dos tiranos do México contra os índios (ao menos dando-lhes um ducado para comer cada dia) e os infelizes dos índios desamparados sem que ninguém viesse defendê-los (...). E assim conseguiram um de-

creto após outro, mudando as leis cuja tinta não estava nem enxuta ainda, e que expirassem as "encomiendas" na primeira vida, como dispunham as leis, e outras coisas iníquas, que o dia em que ambos morrerem verão a vela que para alumiar o caminho do céu estão adquiriram".

Frei Bartolomé de Las Casas poderá ser acusado de obscuridade e de exageros em seus documentos. Mas sua intuição fundamental era bem clara: guerras e "encomiendas" demonstravam a injustiça radical da conquista política; a evangelização tinha de se realizar com instrumentos de paz e respeitando e defendendo a liberdade dos indígenas. É certo de que as soluções que ele propunha foram e são muito discutíveis. Mas a intuição correspondia a um homem religioso que se havia adentrado no Evangelho e, conseqüentemente, nas exigências do respeito à dignidade da pessoa humana.

Postura similar é adotada no século XVII por P. Diego de Torres Bollo e pelo Beato Roque González de Santa Cruz, no Paraguai. A alternativa que propõem nestes anos, diante das "encomiendas", será a das Reduções. Isto nos conduz a outra colaboração evangelizadora dos religiosos missionários: o esforço por uma humanização do sistema.

## **5. As Reduções: Um sistema de humanização no sistema**

Abordamos um dos temas que fizeram mais famosos os religiosos

durante a época da colônia: as reduções.

As limitações, dificuldades e problemas do sistema das reduções têm sido honesta e energicamente sublinhadas por Branislava Susnik. Mas também Voltaire chegou a afirmar em seu "Essai sur les Moeurs" que as reduções, "sozinhas, aparecem como o triunfo da humanidade; parecem expiar a crueldade dos primeiros conquistadores e têm dado ao mundo um novo espetáculo." E Montesquieu as apresentava como "a cura de uma das mais terríveis feridas infligidas pelo homem contra outros homens". Historicamente, as reduções mais famosas foram as do Paraguai, ainda que tenham seus antecedentes coloniais e suas réplicas em outros pontos do continente.

As reduções foram uma realidade complexa. Simultaneamente foram um modelo específico de evangelização missionária e um rasgo de humanização da vassalagem colonial imposta pelos conquistadores aos aborígenes. São o feliz resultado de uma opção dos missionários. São Roque González de Santa Cruz, escrevendo a seu irmão Francisco, Tenente General de Assunção, afirmava que era necessário optar "pela justiça que tinham (os índios) e têm de ser livres da dura escravidão e servidão do serviço pessoal em que se encontravam, sendo por lei natural e divina e humana, isentos" (1614). As reduções foram a alternativa e a contestação viável às "encomiendas" dentro do siste-

ma de "pacificação" e "povoamento".

Quatro grandes princípios modelaram o esquema reducional, princípios que já se encontravam no pensamento lascasiano: a concentração dos indígenas em povoações, não por violência militar, mas por pacífica atração evangélica; segregação absoluta dos espanhóis, como foi ordenado pelas Ordenanças de Alfaro: "Conforme os editos reais, ordeno e mando que em povoados de índios não estejam e nem se recebam nenhum espanhol ou mestiço" (1611); promoção cristã e cultural dos indígenas com um sistema econômico de autoabastecimento; instauração de uma vassalagem dos índios direta ao Rei, com o correspondente tributo e compromisso de colaboração militar defensiva, nos casos de necessidade.

Três eram os objetivos das reduções. O primeiro era a formação de comunidades cristãs aborígenes, sem que sofressem o escândalo da vida "cristã" dos espanhóis, crioulos e mestiços, como indicava o Pe. Ruiz de Montoya. Segundo, o adestramento e a capacitação dos indígenas na nova cultura importada, evitando os abusos que se cometiam no dito processo. Terceiro, como afirmava o próprio Ruiz de Montoya, "pôr paz entre espanhóis e índios, coisa tão difícil que em cem anos que se descobriram as Índias Ocidentais até agora não se tem podido alcançar."

Em 150 anos de experiência, os objetivos fundamentais foram alcançados. Mas se atingiu algo mais:

devolver ao indígena a voz da qual estava privado a mais de século. No ano de 1750, quando Espanha e Portugal firmaram o célebre Tratado de Limites, sem levar em consideração os direitos das sete reduções situadas a este do Rio Uruguai, os guaranis das reduções levantaram energicamente sua voz diante do Rei, proclamando seus direitos e denunciando a injustiça que se cometia com eles. Sendo indeferidas suas justas petições, sentiram-se traídos pelo Rei. Sublevaram-se, iniciando a denominada guerra guarani, sob as ordens do cacique Sepé. Na batalha de Caibaté, frente a um grande exército luso-hispano, sofreram a derrota total, mas deixaram o símbolo do sacrifício da raça indígena por sua liberdade.

De modo similar procederam aquelas comunidades por ocasião da expulsão dos jesuítas, como consta das cartas que enviaram ao Rei.

O sistema das reduções entrou em decadência com tal expulsão. A política do governador Bucarelli de pôr espanhóis à frente das reduções, "foi, segundo John Hemming, pôr lobos em lugar de pastores". Em 1777, o Provincial dos Franciscanos fez uma visita e teve que lamentar, em seu informe, que houve uma ruína "que deverá ser atribuída aos mesmos que, com ciência e justiça, foram autorizados por ordem do Rei e dos ministros a sustentá-los".

Mas um testemunho importante deixava a vida religiosa com o desenvolvimento das reduções: o esforço de humanização do sistema que se desenvolvia no interior do

ineludível esquema de vassalagem imposto aos indígenas pela conquista.

## 6. Os aportes mais importantes da Vida Religiosa na evangelização da América Latina

Quero brevemente resumir os aportes mais importantes que fizeram os religiosos na evangelização da América Latina. Entre eles sobressaem os seguintes:

*Primeiro:* a evangelização da eclesiologia vigente na época, especialmente renovando o sentido original da autoridade pontifícia, purificando-a de errôneas jurisdições seculares e sublinhando sua função evangélica orientada exclusivamente para a edificação da Igreja e para a evangelização do mundo.

*Segundo:* A evangelização da politologia, impulsionando a criação do novo Direito Internacional, ao mesmo tempo em que se mostrava a liberdade do Evangelho e sua independência original sobre qualquer sistema político.

*Terceiro:* o esforço, as aspirações — inclusive as fracassadas — e a própria atividade desenvolvida pelos religiosos missionários levaram a uma compreensão menos tacanha e mais ampla da Evangelização. Nelas parece ser próprio dos evangelizadores não apenas a pregação ex-

plícita do nome de Jesus, mas também o projeto de Igrejas autóctones, a crítica dos mesmos modelos evangelizadores, a denúncia sistemática das injustiças, a promoção e a proclamação da liberdade dos povos e dos homens, inclusive os não-cristãos, e o esforço por humanizar as situações injustas e irreversíveis em que se vive.

*Quarto:* Os missionários mostraram a importância de situar-se junto aos oprimidos e violentados para se poder compreender as profundezas das exigências do Evangelho.

*Quinto:* Penso, vendo a história do passado, que grande parte da fé existente na América Latina e a confiança do povo na Igreja se deve em grande parte à atividade missionária realizada pelos religiosos na colônia. Com efeito, não apenas foram missionários incansáveis levando a todos os lugares, inclusive com o risco de suas vidas, a mensagem do Evangelho, mas ao mesmo tempo puseram sua autoridade moral a serviço dos pobres e dos oprimidos.

*Sexto:* Também colaboraram os religiosos na formação da identidade da cultura próprias da América Latina e da identidade da Igreja latino-americana, iniciando uma nova perspectiva, bem diferente da estritamente metropolitana e européia.

## III — LIMITAÇÕES E ERROS DOS RELIGIOSOS EVANGELIZADORES

O importante aporte dos religiosos na primeira evangelização da

América Latina não esteve isenta de certas limitações e erros que

também afetaram negativamente os resultados de tal empresa apostólica.

Entendo que não é fácil ressaltar os erros principais que cometeram, e muito mais difícil determinar a causa histórica que os originou. Com o provisório de uma hipótese, me atrevo sugerir que suas duas grandes limitações foram o etnocentrismo europeu e sua falta de sensibilidade ante o problema dos negros escravos. A causa eu a encontro em sua incapacidade em superar e criticar a ideologia de conquista que estava subjacente no modelo alexandrino e hispano de evangelização.

### 1. O etnocentrismo missionário

Os mesmos religiosos missionários que souberam descobrir a dignidade fundamental do indígena e proclamar ativamente sua liberdade, não conseguiram captá-lo como pessoa culta e muito menos com uma valorização positiva de sua própria cultura.

O grande etnólogo da época foi, sem dúvida, Frei Bernardino Ribeira de Sahagún. Escreve a monumental "História Geral das coisas da Nova Espanha" na qual tentou sintetizar todos seus amplos conhecimentos sobre as culturas indígenas do México, através de uma minuciosa e científica investigação. Sem dúvidas, no prólogo mesmo de sua obra, manifesta suas prevenções contra tais culturas e nos declara as intenções de seu trabalho: facilitar os pregadores e confessores, *verdadeiros médicos*, para seus ministé-

rios com os índios, o conhecimento de sua "idolatria e ritos idolátricos e superstições idolátricas e agouros e feitiçarias e cerimônias idolátricas", ainda existentes entre os naturais e, por desconhecê-los — continua o cronista — alguns operários qualificavam de bobagens e infantilidades ações de raiz idolátrica profunda. "Pois, para que os ministros do Evangelho que sucederem aos que por primeiro vieram cultivar esta nova vinha do Senhor, não tenham ocasião de queixar-se de que os primeiros deixaram obscuras as coisas destes naturais da Nova Espanha, eu Frei Bernardino de Sahagún (...) escrevi doze livros das coisas divinas, ou, melhor, idolátricas e humanas e naturais desta Nova Espanha."

Mais claramente, o Pe. José de Acosta, em sua obra "De procuranda indorum salute", publicada em 1577, estabelecia três classes de culturas: a primeira correspondia à originalmente européia; na última categoria situava a dos bárbaros, que vivendo tribalmente e nas selvas eram semelhantes às feras e, afirmava que no Novo Mundo havia infinitas manadas deles, diferenciando-se muito pouco dos animais.

E o Pe. Diego de Torres Bollo, promotor das reduções no Paraguai, referindo-se aos guaranis, dizia que "como todos os seus antepassados, pouco antes andavam como feras nestes montes com as armas na mão matando e destroçando sem conhecimento de Deus Nosso Senhor, mais do que se fossem animais."

Esta visão etnocêntrica e depreciativa da cultura indígena levou os religiosos a três erros fundamentais. Primeiro erro: valorizaram o indígena como homem, mas o qualificaram como inculto, até como selvagem, o que os levou a um etnocídio e ao projeto de um integracionismo cultural. Segundo erro: ignoraram a adulez dos aborígenes e os supunham num estado de menoridade, "pessoas miseráveis e de tão débil natureza que facilmente se acham molestados e oprimidos", promovendo um sistema de paternalismo e tutoria indefinido. Terceiro erro: como consequência dessas apreciações, privaram o indígena de sua palavra nos problemas gravíssimos que diretamente lhe diziam respeito. Depois de emudecê-los, constituíram-se os defensores e protetores deles, fazendo-se a voz dos que não tinham voz. Por esse motivo e com a maior naturalidade, todos os assuntos que se discutiam e tratavam sobre os indígenas, se resolviam unicamente entre os espanhóis, ainda que uma parte deles fosse de religiosos dispostos a defender o ameríndio dos próprios espanhóis. E não é por que os aborígenes não tivessem capacidade para defender também com a palavra sua própria causa. Basta recordar nos relatórios de Bernal Díaz del Castillo, as conversações que mantiveram os aztecas derrotados com os franciscanos enviados por Adriano VI à Nova Espanha.

## 2. A escravidão dos negros

Uma segunda limitação dos religiosos na evangelização do conti-

nente foi sua fria posição ante a realidade dos numerosos escravos negros, se bem que não podemos esquecer a figura excepcional de São Pedro Claver.

O tráfico dos escravos negros se inicia desde os primeiros anos da conquista. Já em 1502, Ovando levou alguns escravos residentes em Sevilha. Em 1505, o Rei aprovou o envio de 100 escravos por petição do próprio Ovando. As autorizações foram constantes através dos anos, normalizando-se um dos comércios mais tristes da história da humanidade.

Segundo Dr. José Oscar Beozzo, "Ao Brasil tinham vindo uns 3,5 milhões". Quero, apenas recolher textualmente algumas apreciações do mesmo autor, pois o mesmo pode se aplicar tanto ao Brasil como ao resto da América Hispana.

"Podemos afirmar após longo e cuidadoso estudo desta questão — escreve Beozzo — que não houve no Brasil um projeto de evangelização dos escravos e nada que se parecesse ao esforço dos jesuítas na catequese do índio. Cento e cinquenta anos depois da chegada dos primeiros escravos ao Brasil, ainda não existia nenhum catecismo das diferentes nações aqui trazidas à força, ao passo que se contavam às dezenas os catecismos em língua tupi, guarani, tapajós, manaus e quantas nações indígenas se havia contado pelos missionários".

Mais adiante anota: "Esta premissa de liberdade, como condição prévia para a evangelização, vai faltar à Igreja do Brasil e do resto

da América Latina em seu contato com o escravo negro. Com relação ao índio lutar-se-á com todas as forças para apartá-lo do convívio com o colono, para evitar que seja escravizado ou encomendado no caso de Hispanoamérica. No caso do negro haverá plena aliança com os que o oprimem, confiando ao Senhor dos escravos a tarefa de evangelizá-los! A própria Igreja se comprometerá com o sistema vigente, usando intensamente o braço escravo nas propriedades das Ordens Religiosas, nos engenhos de jesuítas e carmelitas, nas fazendas e mosteiros dos beneditinos, nos palácios episcopais e nas casas paroquiais.”

“Também homens da estatura moral de Antonio Vieira, que se comprometeram totalmente com a liberdade dos índios, não só se omitirão como tratarão de ‘justificar’ a escravidão negra, como necessidade de toda empresa colonial. Vieira chegou a dizer: “Sem Angola não há Brasil, isto é, sem escravos negros, o Brasil colonial não é viável”.

“Esta questão fica como um grande escândalo e um grande impasse da Evangelização da América Latina: que tenha visto florescer todas as religiões africanas no continente (...) Depois de quatrocentos anos de repressão, a religião africana está aí, viva, renascente, como um imenso interrogante à consciência cristã. Não existiu o anúncio fraterno do Evangelho aos negros escravos, antes sim a negação de sua cultura, de sua religião, de seu direito de seres humanos no

campo do trabalho e, com ele, em todos os outros campos.”

### 3. A ideologização da conquista

É difícil poder explicar estas limitações e erros dos religiosos missionários durante a colônia em problemas de tanta transcendência e gravidade. Só encontro uma hipótese que pode explicar esta limitação e até deformação da evangelização realizada por eles: Os religiosos, tendo sido capazes, a partir do Evangelho, não apenas de criticar os sistemas impostos pela Conquista, mas até de questionar a própria Conquista, no entanto não tiveram vigor para superar a ideologia da conquista, ficando inconsciente mas eficazmente ideologizados. De outra forma, eles próprios se sentiram conquistadores “para o divino”, como o projetaram denominando a Virgem Maria “A Conquistadora” e qualificando sua atividade como “conquista espiritual”, sem perceber a ideologia negativa que se incluía por detrás de tais expressões.

A conquista, como já indicamos anteriormente, leva sempre uma carga axiológica de etnocentrismo que, conseqüentemente, invade inclusive o próprio setor religioso característica de toda cultura. Os religiosos missionários nunca questionaram a superioridade religiosa e cultural do mundo do qual procediam, o que incluía, logicamente, a apreciação de inferioridade da religiosidade e das culturas dos ameríndios. Evangelicamente conseguiram reconhecer o indígena como

homem, como filho de Deus e como irmão. Ideologicamente ficaram cegos e inclusive cheios de preconceitos diante das culturas ameríndias, suas expressões e suas instituições. Mesmo até esta atitude ficava confirmada pela percepção de certos antivalores que descobriam e que, de várias formas são inerentes ao desenvolvimento histórico de toda cultura. Foi, a meu ver, esta ideologia "conquistadora" o que os levou ao arrasamento das culturas indígenas, ao desenvolvimento de uma política integracionista e, inclusive, à "justificação" da escravidão dos negros, dentro do esquema da época, que de alguma forma facilitava a liberdade dos indígenas, constituídos legalmente "vassallos de Sua Majestade", o que implicava direitos diferentes aos não vassallos da Coroa, como eram os escravos.

#### 4. **Conseqüências da ideologização dos missionários**

A ideologização "conquistadora" dos religiosos teve sérias conseqüências na América Latina, além das indicadas anteriormente. Apontamos algumas:

*Primeira:* os missionários religiosos, por sua identificação com o Evangelho, tomaram como causa própria o constituir-se como protetores e defensores dos indígenas. Mas mediatizados pela ideologização conquistadora desconhecaram

ou não assumiram as "causas" próprias dos aborígenes.

*Segunda:* a ideologização contribuiu para com uma estratificação social, axiológica e até jurídica, no continente, claramente antievangélica, que tem marginalizado os índios e os negros e dificulta, inclusive em nossos dias, a organização pluriétnica e plurinacional dos Estados.

*Terceira:* a ideologização dos missionários colaborou com o tradicional sistema latino-americano de heterogeneidade entre a cultura e as estruturas. As culturas autóctones ficaram despojadas de suas próprias instituições e estruturas, ficando submetidas a outras instituições e estruturas forâneas e colonizadoras. São as estruturas tradicionais que Puebla julga como injustas e geradoras de injustiça, que oprimem o povo e dificultam a expressão da identidade do continente latino-americano.

*Quarta:* a ideologização conquistadora dos missionários religiosos contribuiu para conformar a força do Evangelho e da missão da Igreja no molde de conquista, e não tanto como "sacramento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano" (L.G. n.º 1). Isso também bloqueou os religiosos para uma captação e compreensão mais positiva das religiões não-cristãs existentes no continente e dificultou a edificação de igrejas autóctones, como os franciscanos missionários da Nova Espanha tinham em seus projetos.

## IV — OS RELIGIOSOS NA EVANGELIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA, HOJE

Ao iniciar minha exposição, deixava abertas várias perguntas: Quais são o carisma e a missão dos religiosos nesta nova etapa da Evangelização da América Latina? Qual deve ser sua participação específica no fazer de nossa Igreja? Como podemos conjugar as exigências de nosso próprio carisma com as exigências do viver em comunhão de fé e de missão com nossos pastores?

Quero, apenas, recolher, para responder a essas perguntas, algumas das luzes e das sombras da história dos que nos precederam na América Latina, luzes e sombras que nos ajudem a compreender o que a Igreja tem direito de esperar das atuais comunidades religiosas, tendo em vista o atual projeto evangelizador do continente apresentado por nossos Bispos nos documentos de Medellín e de Puebla.

### 1. Duas opções fundamentais dos religiosos

Nossos antepassados, os que nos precederam na vida religiosa na América Latina, ficaram caracterizados por dois rasgos evangélicos que exigem uma continuidade da nossa parte: a opção prioritária e absoluta pelo Evangelho e a Evangelização, e a opção preferencial pelos pobres.

#### a. A opção prioritária e absoluta pelo Evangelho

Sem dúvida alguma, a nota que mais caracterizou os religiosos mis-

sionários da primeira etapa foi sua opção prioritária e absoluta pelo Evangelho e a Evangelização, e foi de tal enfoque que procederam suas intuições e aportes mais importantes.

Sua experiência de Deus, sua experiência de Jesus Cristo, como diríamos hoje recordando a linguagem de Puebla (DP 726), os orientou em duas direções fundamentais: seguimento pessoal e radical de Cristo, no espírito das bem-aventuranças (DP 742) e evangelização missionária testemunhando e pregando a fé em todas as comunidades indígenas do continente.

A radicalidade evangélica no seguimento de Cristo é o que explica a vinda voluntária de tantos religiosos às Índias. Não buscavam uma vida mais fácil. Recorde-se o que anotava Frei Bartolomé de las Casas da primeira comunidade dominicana da Espanhola: "Concordaram em acrescentar certas ordens e regras às velhas constituições da ordem (...) para viver com mais rigor". A Frei Toribio de Benavente os indígenas começaram chamar de "Motolinia", que significa pobreza na língua azteca. E Frei Antonio de Remesal afirma o agrado com que os índios recebiam os religiosos porque sabiam "que diferentemente dos espanhóis, os missionários não iam em busca de seus haveres". E são muitos os documentos nos quais se manifesta o desejo de martírio que a florava nos religiosos da época.

A profunda experiência de Jesus Cristo desencadeava nos religiosos *a fé na fé*, como dom supremo da salvação de Deus que pode receber qualquer homem sejam quais forem as circunstâncias históricas em que tenham de viver. Por isso, os religiosos se constituíram fundamentalmente em missionários de fronteira, sem capitular diante de dificuldades e perigos. O grande horizonte de toda sua atividade era transmitir a fé viva no Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

É precisamente nesta fidelidade radical e neste entusiasmo pelo Evangelho onde se encontra a raiz da liberdade evangélica com a qual se expressaram e viveram em todos os ambientes eclesiais e políticos; da capacidade de discernimento que manifestaram e do espírito de criatividade que desenvolveram, como no caso da catequese e das reduções.

Esta grande opção radical dos religiosos de ontem é o grande desafio para nossa vida religiosa de hoje, garantia de nosso serviço específico à Igreja e ao mundo na América Latina.

#### **b. Opção preferencial pelos pobres e promoção da justiça**

Esta atitude evangélica levou os missionários da colônia preferencialmente aos ameríndios derrotados, violentados e oprimidos pela nova atuação política. A partir da solidariedade e da experiência dos pobres, constituíram-se em incansáveis promotores da justiça, inclusive enfrentando-se com seus irmãos

os espanhóis. É outra característica que pede Puebla aos religiosos de hoje. (DP 733)

A opção pelos pobres foi a que constituiu os missionários da colônia em missionários de fronteira e de periferia. Conviveram com eles numa pobreza "ativa", isto é, entregando-lhes generosamente tudo o que tinham e sabiam. Contudo, tiveram uma limitação: não conseguiram descobrir a cultura e o dinamismo interno dos pobres. Por isso se reduziram a ser seus defensores e protetores.

Hoje a perspectiva é diferente. Desde uma visão antropológica e evangélica sabemos que a pobreza não é apenas carência e opressão, mas também um valor humano e evangélico, fonte e energia evangelizadora e construtora de um mundo mais humano. Daí nasce a necessidade de o missionário religioso, inserido no mundo e na cultura dos pobres, ser evangelizador e evangelizado ao mesmo tempo, companheiro na mesma empresa de evangelização e de libertação que se origina na pobreza latino-americana.

A opção preferencial pelos pobres, do compromisso missionário inclui o compromisso pela justiça, como exigência intrínseca da mesma fé e como testemunho para fazer crível a palavra anunciada. Foi a intuição de nossos predecessores religiosos, e é também o desafio aberto por Puebla aos religiosos de hoje.

## 2. Dois aportes da Vida Religiosa

As duas opções fundamentais, se forem vividas por nossa vida religiosa hoje, podem capacitá-la a prestar com o testemunho de sua vida três importantes serviços: a evangelização da eclesiologia, da política e das ideologias políticas, e da cultura.

### a. Evangelização da eclesiologia

Eclesiologia e igreja não são a mesma coisa. Igreja é a comunidade de fé fundada por Jesus Cristo. Eclesiologia é a consciência que a Igreja tem de si mesma em uma determinada etapa da história. A Igreja tem a presença plena do Espírito Santo. A eclesiologia sempre está sujeita às limitações dos cristãos. Por isso a Igreja sempre é a mesma, ao passo que a eclesiologia se purifica, se adapta e muda através da história. Os questionamentos maiores à Eclesiologia de cada período são feitos não pelos teólogos, mas pelos santos, que se constituem na fonte de inspiração dos verdadeiros teólogos. Os verdadeiros questionamentos às eclesiologias vigentes são sempre chamadas à conversão, a fim de que a comunidade viva mais radical e originalmente as exigências do Evangelho. Questionar a eclesiologia por fidelidade ao Evangelho é amar a Igreja para que possa cumprir com maior pureza sua missão evangelizadora no mundo.

Foi o aporte dos religiosos e missionários de ontem. Foram os do-

minicanos da Espanhola os que, desde seu profundo compromisso com o Evangelho, com a missão e com os indígenas, abriram novas questões aos teólogos europeus que permitiram na Igreja uma compreensão pastoral e teológica mais ajustada da autoridade e do exercício do Papado, que redundou em benefício de toda a Igreja e de sua missão evangelizadora.

Nós nos perguntamos: se os religiosos de hoje vivemos com as mesmas opções e com a mesma radicalidade evangélica que os de ontem, qual pode ser nosso aporte evangelizador a uma Igreja que, na expressão de Paulo VI, deve ser continuamente evangelizada e evangelizadora?

Acho que a nova evangelização do continente exige que emerga com toda força e com todas suas possibilidades, sobre a antiga eclesiologia, a do Vaticano II com sua configuração latino-americana, tal como já foi apontada e intuída por Medellín e Puebla. Isso supõe uma conversão de nossa consciência e de nossos velhos modelos eclesiais. Para tanto é necessário, ao mesmo tempo que se tem um amor profundo aos irmãos, preferencialmente aos mais pobres, voltar a escutar com plena abertura as palavras do Senhor: "Vende tudo o que tens, dá-o aos pobres, vem e segue-me".

Nesta transformação eclesiológica têm uma especial responsabilidade os institutos religiosos que, pela radicalidade da pobreza à qual foram chamados, não hão de viver escravizados aos esquemas e instituições

do passado, mas abertos às exigências da nova evangelização, impulsionados pela força libertadora de seus próprios carismas.

## **b. Evangelização da política e das ideologias**

No projeto de evangelização libertadora traçado por Puebla, um dos aspectos que adquire especial relevância é a evangelização da política e das ideologias políticas que hoje circulam pelo continente (DP 507-562).

Importante foi o aporte evangelizador dos religiosos no campo da política e no repúdio à violência durante a época da colônia, se bem que, como vimos anteriormente, tenham ficado sutilmente condicionados pela ideologia conquistadora. A história nos brinda com lições para nosso agir, hoje.

Seu profundo compromisso com o Evangelho e com a evangelização missionária e sua aproximação desinteressada às comunidades ameríndias invadidas, foi o que lhes permitiu intuir e denunciar a radical injustiça da política da conquista que se estava desenvolvendo, e a violência dos mecanismos de domínio que foram usados na organização da colônia. Resultados de sua arriscada evangelização neste campo foi o nascimento do Novo Direito Internacional, a constante revisão do sistema legal e jurídico imposto aos indígenas e a criativa busca de alternativas mais humanas e justas e, ao mesmo tempo, viáveis, como foi a das reduções fa-

ce ao iníquo sistema das "encomiendas".

Hoje, nos encontramos também diante de rudes sistemas políticos que continuam violentando e oprimindo nossos povos e, especialmente os setores mais amplos e necessitados. É a denúncia, emitida por Puebla, de estruturas geradoras de injustiça, que deverão de enfrentar o enérgico anúncio da Palavra de Deus e uma evangelização que lhes permita transformar-se em estruturas geradoras de justiça e de paz.

Contudo, os antigos missionários nos mostram com suas limitações a dificuldade de evangelizar a política, se não se consegue ficar distante das ideologias políticas, que são as que devem ser primordialmente evangelizadas. O problema é de plena atualidade na América Latina.

A ideologia política é uma cosmovisão e interpretação da realidade a partir da perspectiva dos interesses particulares de um grupo da sociedade que, para alcançá-los, aspira ao controle do poder político. Os interesses podem ser legítimos. Mas, o particularismo dos interesses próprios do grupo, a sua interessada interpretação da realidade e sua definida decisão para alcançar e controlar o poder são sempre o risco de toda ideologia que ameaça a repetição indefinida dos esquemas de opressão e injustiça.

A radicalidade evangélica da vida religiosa oferece umas possibilidades originais para a crítica e a evangelização das ideologias. Com efeito, sua opção pela pobreza e

sua opção preferencial pelos pobres tende a afastá-la e distanciá-la das ideologias dos poderosos e aproximá-la à dos pobres e empobrecidos.

Mas também a vida religiosa tem a exigência de uma ulterior distância evangélica das mesmas ideologias da pobreza. Essas ideologias, legítimas em suas aspirações de justiça, correm o risco de exclusivizar os interesses do grupo e de subordinar a conquista do poder aos privilégios do próprio setor. A vida religiosa, por sua radicalidade evangélica, há de manter a tensão entre a opção preferencial pelos pobres e a salvação de todos os homens, resistindo a todo possível egoísmo grupal. Por outra parte, a renúncia sistemática do religioso ao poder, pelo valor de um serviço realizado sempre a partir da base, permite à vida religiosa uma atitude crítica frente a todo poder "ideologizado", isto é, monopolizado pelos interesses particulares e não aberto ao desenvolvimento harmônico de toda a comunidade.

Opção preferencial pelos pobres, opção pela pobreza e pelo serviço, abertura universal à salvação de todos os homens numa fraternidade que tem sua origem na paternidade de Deus, são as atitudes salvíficas que colocam o Evangelho muito além de todas as ideologias e que, interiorizadas pela vida religiosa em sua radicalidade evangélica, permitem à mesma a função de criticá-las e evangelizá-las. E são também essas mesmas atitudes as que têm força para liberar a evangelização

do despotismo a que tende a lógica interna de toda ideologia.

### c. Evangelização da cultura

Duas afirmações complementares encontramos em Puebla. O documento nos assegura que "com deficiência e apesar do pecado sempre presente, a fé da Igreja marcou a alma da América Latina, marcando sua identidade histórica essencial e constituindo-se na matriz cultural do continente, da qual nasceram os novos povos" (DP 445). Anteriormente assinalava: "A obra evangelizadora da Igreja na América Latina é o resultado do unânime esforço missionário de todo o Povo de Deus. Aí estão as incontáveis iniciativas de caridade, assistência, educação e *de modo exemplar* as originais sínteses de evangelização e promoção humana das missões franciscanas, agostinianas, dominicanas, jesuíticas, mercedárias e outras" (DP 9).

Desta maneira, fica sublinhada por Puebla a específica participação dos religiosos da colônia no processo de geração, identificação e evangelização da nova cultura latino-americana.

A atual vida religiosa, seguindo as pegadas dos primeiros missionários, tem também uma contribuição a dar à nova evangelização da cultura e das culturas em nosso continente.

Dois são os desafios principais: O primeiro é a promoção evangélica da fraternidade pluriétnica que deve ser vivida em todas as na-

ções e na totalidade do continente. Para tanto é necessário que a Igreja promova, exemplarmente, em seu seio, o nascimento de Igrejas particulares etnicamente diferenciadas, mediante a encarnação da fé nas diferentes culturas.

O segundo desafio fica aberto pela urgência da evangelização da "cultura emergente" (DP 425). É uma cultura que se estende universalmente com autênticos valores, como o valor da racionalidade, mas também marcada por um rude mercantilismo que ataca os valores cristãos e culturais do continente, e que tende a reforçar a tradicional dependência colonizadora que sofreram nossos povos. Frente a esta nova civilização corresponde à vida religiosa contestá-la com a evangelização da pobreza, do serviço e da fraternidade.

### 3. Relações Bispos e Religiosos

Ingentes são a tradição e a responsabilidade que nos legaram os religiosos de ontem aos religiosos de hoje na América Latina. Uma tradição que, em suas grandes linhas, é de uma atualidade extraordinária. Tenho a impressão de que me encontro diante de um único caminho que se inicia com o mártir Frei Antonio de Montesinos, no dia 21 de dezembro de 1511, e que se prolonga até o futuro para os religiosos de hoje como um desafio a seu carisma. O exemplo de nossos santos e de nossos mártires nos impulsiona à fidelidade. Os erros do passado nos iluminam para evitá-los no presente. A trajetória de uma história nos esclarece, na

Igreja, o que a América Latina tem direito de esperar dos religiosos.

No entanto, a evangelização da América Latina não é função exclusiva dos religiosos, mas de todo o Povo de Deus, e de uma maneira especial é responsabilidade de nossos Pastores. É uma evangelização na qual os religiosos havemos de dar nossa colaboração específica, mas em íntima união com nossos Bispos e com o fervor dos santos.

#### a. Diálogo e comunhão com os Bispos

Como nos diz o documento *Mutuae relationes*: "Os Bispos, em união com o Romano Pontífice, recebem de Cristo-Cabeça a missão de discernir os dons e as atribuições, de coordenar as múltiplas energias e de guiar todo o povo a viver no mundo como sinal e instrumento de salvação. Portanto, a eles também confiou o cuidado dos carismas religiosos (...) E, pelo mesmo motivo, ao promover a vida religiosa e protegê-la segundo suas próprias notas características, os Bispos cumprem sua própria missão pastoral."

A nós, religiosos, cabe reconhecer, em nossos Bispos, os nossos pastores, e proclamar diante deles os nossos próprios carismas, que o Espírito Santo suscitou para o bem de toda a Igreja e de sua missão evangelizadora no mundo.

Isso exige um diálogo permanente e cheio de confiança entre Bispos e Religiosos, no qual todos haveremos de buscar a fidelidade à

ação do Espírito em sua Igreja, e a realização da missão evangelizadora para a qual Ele nos impulsiona em comunhão de caridade, para demonstrar ao mundo que somos fiéis discípulos do Senhor Jesus.

É um diálogo que, em determinados momentos, pode ser simples e fácil, e em outras ocasiões conflitivo e difícil, como já aparece com essas características nas primitivas comunidades cristãs dos Atos dos Apóstolos, por ocasião do primeiro Concílio de Jerusalém. Não é somente o erro que divide os homens, mas também a verdade, dada a limitação que temos em percebê-la, sobretudo quando se trata da verdade da ação e da caridade operante, da verdade que se constrói através da história. Mas sabemos que a verdade da história, a que se constrói e se manifesta através do tempo, tem sua plenitude na verdade da fé na qual fomos batizados, e que sempre é maior, mais exigente, mais rica que a verdade que construímos a partir de nossas modestas vidas humanas. Por isso, a fidelidade às exigências de nossa fé comum, em espírito de caridade, é a garantia de que o diálogo entre o ministério episcopal e os carismas da vida religiosa, que ambos têm suas raízes no mesmo Jesus através do Espírito Santo, nos ajudará a construir a verdade de nossa ação evangelizadora na história. Os profetas proclamam a verdade. Os pastores, mediante prévio discernimento, a confirmam. E todos unidos, formando um único corpo, haverão de constituir-se no

sacramento da evangelização no hoje e no futuro da América Latina.

#### **b. Com o fervor dos santos**

Para que as relações mútuas entre Bispos e Religiosos sejam autenticamente evangélicas, e não meras fórmulas para uma convivência irênica, é necessário o que Paulo VI chamou de fervor dos santos, o que nos persuade de que, por misteriosos caminhos, é o Senhor quem afinal realiza a obra de salvação. Por isso, quero terminar minhas reflexões com as palavras de Paulo VI: "Conservemos, pois, o fervor espiritual. Conservemos a doce e confortadora alegria de evangelizar, inclusive quando for necessário semear entre lágrimas. Façamo-lo como João Batista, como Pedro e como Paulo, como os outros Apóstolos, como essa multidão de admiráveis evangelizadores que se sucederam ao longo da história de Igreja, com um ímpeto interior que ninguém nem nada seja capaz de extinguir. Seja esta a maior alegria de nossas vidas entregues. Oxalá o mundo atual — que busca, às vezes, com angústia, às vezes com esperança — possa receber a Boa Nova não através de evangelizadores tristes e desalentados, impacientes ou ansiosos, mas através de ministros do Evangelho, cuja vida irradia o fervor de quem tem recebido, antes de tudo em si mesmos, a alegria de Cristo e aceitam consagrar sua vida à tarefa de anunciar o Reino de Deus e de implantar a Igreja no mundo." □

# O «SOCIAL» E O «CULTURAL» NA MISSÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA

*Estritamente falando, não seria correto  
nem opor, sem sequer distinguir  
ou separar estes termos "social e cultural",  
mesmo mediante uma simples conjunção.*

**Francisco Ivern, SJ**

No título dessas notas, o "social" e o "cultural" aparecem entre aspas, para sublinhar que esses conceitos são tomados num contexto específico, para representar duas tendências ou abordagens na missão evangelizadora da Igreja: tendências ou abordagens em si complementares, mas que, de fato e com uma certa frequência, têm se desenvolvido paralelamente e, às vezes, até em oposição. O objetivo dessas notas é sublinhar a necessidade de superar essa disjunção ou separação e de apontar alguns dos meios que poderiam ajudar para isso. É evidente que o modo como a sociedade define e cultiva as suas relações sociais na esfera sócio-econômica e sócio-política — o domínio do social — constitui parte da sua cultura ou estilo de vida em comum e, portanto, o conceito de cultura também abrange o social. Por esses motivos, estritamente falando, não seria correto nem

opor, nem sequer distinguir ou separar esses termos, mesmo mediante uma simples conjunção.

Tentaremos descrever aqui brevemente alguns desses diversos modos de conceber a missão evangelizadora da Igreja no mundo contemporâneo, sublinhando as diferenças, mesmo correndo o risco, ao proceder deste modo, de simplificarmos demais a realidade.

## **Dualismos e polarizações**

De um lado, estão os que, diante das injustiças sociais que marcam o mundo contemporâneo, particularmente nos países do Terceiro Mundo, defendem com uma certa exclusividade a necessidade de mudanças estruturais vastas e profundas, na área sócio-econômica e política. Sem essas mudanças, a simples vontade ou desejo de justiça não pode se manifestar efetiva-

mente, nem crescer ou se desenvolver, e termina por se frustrar ou perverter. É evidente que serão pessoas ou grupos que contribuirão para a mudança das estruturas, mas o importante é que a sociedade em geral esteja consciente da necessidade dessas mudanças, ainda que as pessoas responsáveis em última instância por efetuar-las, o façam, pelo menos num primeiro momento, a contragosto ou sem convencimento nenhum.

Do outro lado, estão os que defendem a necessidade de uma ação transformadora, evangelizadora, diretamente das pessoas, já que são elas as que criam e perpetuam as estruturas injustas. Neste contexto, fala-se com frequência na evangelização da cultura e dos valores que a inspiram. Se esses valores, encarnados em pessoas concretas não mudarem, as mudanças estruturais não ocorrerão e, se ocorrerem, não serão sólidas, nem duradouras. Essa abordagem, tanto pelos objetivos que se propõe, quanto pelos meios que emprega, seria mais condizente com a missão religiosa própria da Igreja e apresentaria menos riscos de ingerências indevidas em áreas que não são da competência da Igreja como tal e onde os conflitos ideológicos e políticos predominam.

Simplificando, essas duas tendências são apresentadas em oposição: mudança estrutural vs conversão individual ou pessoal. De fato, tomadas isoladamente, comportam sérias limitações e levam, quase inevitavelmente, a reducionismos e polarizações, dificultando o diálogo.

Na América Latina, nos anos que precederam a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Puebla, México, essas tendências se enfrentaram abertamente, uma acusando a outra de adotar posições unilaterais e incompletas.

A Conferência de Puebla fez um esforço para integrá-las, mas, depois de Puebla, na pastoral das Igrejas locais essa integração de fato não ocorreu ou ocorreu dum modo bastante superficial. Cada um interpretou Puebla a seu modo e as tendências existentes se confirmaram nas suas posições.

A "opção pelos pobres", reiterada em Puebla, levou a uma valorização da cultura e religiosidade popular, ainda que de diversos modos, e contribuiu para estabelecer uma base de diálogo entre o "social" e o "cultural". Para alguns, a libertação sócio-econômica e sócio-política das classes populares, marginalizadas e oprimidas, permitiria a emergência de valores culturais autênticos dos quais essas classes são as portadoras. Para outros, a religiosidade popular, até então subestimada e até menosprezada, adquiria, à luz daquela opção, novo valor e significado e oferecia o ponto de partida para uma renovação religiosa de cunho tradicional, na qual o "social" ocupava um lugar bastante secundário.

Na América Latina, o problema da modernidade continuou sendo considerado por muitos como típico do Primeiro Mundo, resultado da revolução científico-tecnológica a

serviço do capitalismo liberal que, de diversos modos e em diversos ritmos e graus, chegava ao Terceiro Mundo através do capitalismo internacional e das relações de dependência por ele criadas. O problema cultural da modernidade foi assim reduzido ao problema social. A solução deste levaria também à solução daquele.

Para os representantes da abordagem religioso-cultural, o problema da cultura moderna é encarado do mesmo modo que o problema da cultura em geral: isto é, sublinhando a necessidade de evangelizar e transformar os valores que se encontram à base daquela cultura. Mediante a "conversão" das mentes e dos corações resolveremos tanto o problema social, como o problema cultural, já que as raízes de ambos problemas são as mesmas. Deste modo evitam-se os perigos de uma visão excessivamente sociológica e temporal da missão da Igreja, e o risco de transformar em metas e ideais as dolorosas lutas e conflitos que a defesa de mudanças estruturais, na área social, necessariamente comporta.

É evidente que essas tendências, deixando de lado os exclusivismos e extremismos de alguns, não se opõem, mas, pelo contrário, podem se conciliar e complementar. De fato, porém, se mantiveram afastadas, identificando-se cada vez mais com determinadas posições teológicas e doutrinárias, fechando-se para o diálogo e empobrecendo-se mutuamente. Se focalizavam tanto as limitações, riscos e perigos das ten-

dências "opostas", que as limitações, riscos e perigos das próprias posições passavam despercebidos.

## A evangelização da cultura

Na Igreja a questão cultural, sobretudo sob o aspecto da "inculturação da fé", esteve sempre muito presente, desde o início. Para a ação missionária da Igreja, *ad gentes*, essa era uma questão de fundamental importância. Hoje essa questão surge de novo e não apenas em regiões de culturas não-ocidentais, como na África ou na Ásia, mas também em regiões como América Latina, onde diversas culturas ou subculturas, minoritárias ou marginalizadas, apresentam problemas e desafios para a ação evangelizadora da Igreja.

Hoje, porém, o problema da evangelização da cultura, em geral, e da cultura moderna e contemporânea, em particular, também recebe, na Igreja, renovada e especial atenção. Ao lado de organismos eclesiais dedicados aos problemas da paz e da justiça social, criam-se outros para atender às necessidades do diálogo com a cultura contemporânea, com as novas culturas. A preocupação principal é de natureza religiosa, provocada pelo secularismo, agnosticismo ou ateísmo que caracterizam essas culturas.

O terreno escolhido pela Igreja para essa ação ou diálogo cultural são de preferência os países ou regiões desenvolvidas do Primeiro Mundo onde a secularização tem avançado rapidamente e, por outro lado, os problemas sociais são

relativamente pequenos ou, pelo menos, não dominam o cenário como no Terceiro Mundo. Mas também no Terceiro Mundo e, em particular em países como o Brasil, onde existem importantes setores altamente desenvolvidos e modernizados, lado a lado com outros marcados pela pobreza e o subdesenvolvimento, a questão cultural ocupa cada vez mais espaço nas preocupações da Igreja. Um exemplo recente é o documento publicado pela última Assembléia Geral do Episcopado Brasileiro que fala na ação evangelizadora da Igreja no mundo do trabalho, da política e também no mundo da cultura.

Em geral, porém, permanece a impressão de que a evangelização da cultura, como algo distinto do problema tradicional da inculturação da fé em subculturas minoritárias ou em culturas não cristãs, mas não por isso atéias, é uma questão que afeta sobretudo os ricos, as elites, os "desenvolvidos": todos aqueles que se incorporam gradativamente ao mundo da modernidade. A questão social é outro assunto. Para os problemas da pobreza e da injustiça existem as Encíclicas Sociais!

É evidente que, do ponto de vista pastoral, os problemas criados pela modernização e a secularização que a acompanha, são com frequência distintos, nas suas causas e manifestações, dos problemas sociais e, por isso mesmo, exigem uma abordagem pastoral específica. Do ponto de vista religioso e teológico, as raízes mais profundas de ambos são fundamentalmente as mesmas, mas

os caminhos a seguir para chegar a essas raízes de fato variam, como também variam os caminhos que levaram a uns ao agnosticismo e ateísmo e a outros a situações de injustiça e opressão social. A prova está no fato bem concreto de que não são sempre os agnósticos e os ateus os mais injustos e opressores, nem os cristãos ou católicos os melhores e mais fiéis discípulos do ensinamento social da Igreja.

Essas diferenças de ordem pastoral, reforçadas por uma série de outros fatores, também contribuíram para que o "social" e o "cultural" se mantivessem a uma certa distância e percorressem estradas paralelas na Igreja. Depois de tudo, as regiões onde se manifestavam com maior intensidade os problemas "sociais" e "culturais" eram diversas. Por outro lado, não era nas regiões pobres e subdesenvolvidas da América Latina onde a religião e a Igreja se encontravam diretamente mais ameaçadas. Os pobres mantinham ainda a sua religiosidade popular e tradicional e os ricos e poderosos não perdiam oportunidade para professar publicamente a sua fé e a sua adesão à Igreja. A América Latina continuava sendo um subcontinente de "cultura cristã", enquanto o mesmo não podia ser dito, por exemplo, dos países europeus mais avançados.

### **Evolução da problemática no mundo secular**

Há já algum tempo, porém, que essa situação vem mudando. Vários fatores contribuíram para isso: alguns internos, outros externos à

Igreja. Nem todos esses fatores são recentes, mas é sobretudo agora, nos últimos anos, que se começa a sentir mais visivelmente os seus efeitos. Gradativamente as fronteiras entre o "social" e o "cultural" ficam menos bem definidas e as problemáticas se inter cruzam. Tentaremos individualizar alguns dos fatores ou forças que agiram nesse sentido.

Em primeiro lugar, as fronteiras entre essas duas problemáticas tendem a tornar-se menos nítidas e seguras, porque de fato ocorre uma "invasão" de uma problemática no terreno que até agora era considerado patrimônio quase exclusivo da outra.

Em países como o Brasil, por exemplo, ao intensificar-se e ampliar-se o processo de modernização, começam a aparecer tendências e movimentos que até há pouco eram considerados "típicos" do Primeiro Mundo. Ao lado dos movimentos sociais reivindicativos, característicos de países marcados por profundas desigualdades e injustiças sociais, surgem aos poucos movimentos que não apenas reivindicam os seus direitos na área social ou política, mas também defendem novas formas de relacionamento dos homens e mulheres entre si, deles com a natureza e até com Deus mesmo: o movimento ecológico, o movimento feminista, os novos movimentos religiosos, etc. Aparentemente, as motivações e os objetivos que inspiram esses movimentos e grupos são muito diversos dos que estão lutando por melhores salários, por uma moradia decente, por con-

dições de saneamento e saúde mais adequadas, etc. No fundo, porém, as diferenças não são tão grandes, já que tanto uns como outros lutam contra formas de instrumentalização, manipulação ou opressão seja do humano, da natureza, do sagrado ou religioso, e estão na procura de um novo modo de "ser" ou de viver: de ser sociedade, de ser Igreja; de viver as relações com o mundo, com a natureza e com Deus mesmo.

Por outro lado, os problemas sociais do Terceiro Mundo que, em menor grau, estiveram sempre presentes nos países mais desenvolvidos, tendem a crescer em alguns destes países, em uma escala e de uma forma que chegam a questionar os valores e abalar a segurança e complacência de sociedades que se consideravam modelo e ideal para as outras. Quanto aos problemas sociais de minorias étnicas cada vez mais numerosas — pensemos nos Estados Unidos — se juntam problemas mais típicos de sociedades avançadas — como as drogas ou a insatisfação da juventude pela qualidade de vida que essas sociedades oferecem — a crise se aprofunda e toda a sociedade é atingida.

Em segundo lugar, também se percebe cada vez mais que, do mesmo modo que o mero desenvolvimento econômico e político, na sua forma atual, não resolve os problemas de fundo das sociedades avançadas, também a simples mudança de estruturas sócio-econômicas e políticas nos países pobres e subdesenvolvidos, ainda que dimi-

nua as desigualdades e as injustiças, não consegue mudar atitudes, modos de relacionamento e proceder enraizados no subsolo cultural desses países e que constituem sérios obstáculos para a construção da nova sociedade, mais justa e humana, que se pretende. Países, como Nicarágua, que passaram por uma revolução, com uma ampla base popular e não simplesmente de elites, experimentam hoje esse problema. Nos países socialistas do leste europeu, na mesma Rússia e na China, acontece algo parecido, mas lá procura-se uma saída não tanto no modelo socialista que inspirou a formação daquelas sociedades, mas em soluções e produtos "importados", que incluem desde uma certa liberalização da economia até os hamburgers, os jeans ou os conjuntos de música *rock* que até há pouco eram considerados símbolos da cultura ocidental decadente. Também lá chega a modernidade e com ela os seus problemas.

Hoje, não apenas no seio da Igreja, mas no mesmo mundo secular, cresce a convicção de que tanto a problemática social, como a cultural e religiosa, não podem ser tomadas isoladamente, mas devem ser analisadas num contexto mais amplo, como manifestações específicas de uma crise generalizada de valores — uma verdadeira crise "civilizacional" — que também afeta o mundo das ciências e da tecnologia, o mundo da política, a esfera do sagrado e a religião institucionalizada. A crise é vasta e profunda e questiona os nossos mo-

dos de pensar e de agir, o nosso modelo de sociedade e estilo de vida.

## **A caminho da superação**

A Igreja, inserida profundamente nesse mundo e nessa sociedade, também chega por parecidos caminhos, não sem alguns ocasionais desvios e atrasos, às mesmas conclusões. A única diferença, talvez, é que, às vezes, a Igreja institucional acompanha, interpreta e julga um tanto desde fora esses acontecimentos, sem colocar-se suficientemente ela mesma em questão. Não se trata de questionar de modo nenhum as suas origens ou razão de ser, mas os valores que de fato ela testemunha mediante a sua palavra decerto, mas também e sobretudo mediante o seu modo de proceder e de ser Igreja, no contexto dos questionamentos e das crises que marcam a sociedade contemporânea.

### **A. Aprofundar a análise**

No seu ensinamento social, a Igreja estabelece a união, a ponte de diálogo entre o "cultural" e o "social", por diversos caminhos. O Papa atual, nas suas Encíclicas, exemplifica alguns deles: caminhos que os seus predecessores, em particular João XXIII e Paulo VI, já percorreram. Por um lado, a Igreja considera cada vez mais a problemática social, não apenas do ponto de vista puramente ético, mas do ponto de vista mais especificamente religioso e teológico. Ao aprofundar essa problemática à luz de uma concepção religiosa do homem e da

sociedade, de uma antropologia cristã, a Igreja constata não apenas que injustiças estão sendo cometidas, mas também o porque disso. O pecado afeta não apenas a vontade do homem, mas também a ordem de valores, as estruturas mentais que condicionam o seu comportamento, individual e coletivo. Do mesmo modo que o pecado se encarna nos "mecanismos perversos" e nas "estruturas de pecado" que governam as relações sociais entre povos e nações (*Sollicitudo Rei Socialis*, ns. 16 e 36), também a nível pessoal isso acontece nas estruturas mentais ("mind-sets", "patterns of thought") e nos modos de proceder ("patterns of conduct") que orientam as decisões e as opções a nível pessoal. Não basta denunciar, pregar a conversão, se não nos esforçamos para transformar os mecanismos e as estruturas que perpetuam as situações injustas e nos levam a novas injustiças, a novos pecados, a nível individual e coletivo.

Na práxis moral e tradicional, o penitente recidivo, não apenas era exortado a se converter, rezar e não pecar mais, mas também a evitar ou transformar as circunstâncias ou situações que, dada a humana fraqueza, o levaram quase inevitavelmente, ao pecado. Não há razões para pensar que esses mesmos princípios não se apliquem na área social.

Na sua última Encíclica, o Papa constata, depois da frustrante experiência das últimas décadas, que não haverá desenvolvimento integral ou autêntico — do homem

todo e de todos os homens — se não houver uma mudança cultural profunda que modifique e corrija a escala de valores que orienta, não apenas a conduta individual, mas também as relações entre povos e nações. Paulo VI, na *Populorum Progressio*, já tinha sublinhado essa mesma necessidade, ao falar em "um novo humanismo", em uma escala de valores à medida do homem, que levasse em conta todas as suas necessidades: desde as necessidades materiais, até as necessidades culturais, espirituais e religiosas. A mudança das estruturas sócio-econômicas e sócio-políticas em si mesma já implica uma mudança de valores, mas para que essa mudança seja autêntica e duradoura, supõe também, além da conversão individual, mudanças no subsolo cultural que alimenta, com a sua escala de valores (sócio-culturais, sócio-religiosos...), aquelas estruturas. Deste modo, o social e o cultural se encontram.

## B. Tomar distância

Na doutrina social da Igreja, o "cultural" e o "social" se aproximam não apenas porque a Igreja, aprofundando a análise dos problemas, descobre as causas comuns que os explicam, mas também porque a Igreja amplia a sua visão. "Levanta vôo" e ao ganhar uma certa altitude percebe melhor as inter-relações entre as diversas problemáticas; a semelhança e unidade dentro da pluralidade e diversidade de situações existentes. Quando se voa baixinho, muito perto de situações concretas, se corre o ris-

co de nunca atingir a altitude que nos permite analisar e interpretar aquelas situações corretamente, situá-las num contexto mais amplo, compará-las com outras, relativizá-las, etc.

Na *Laborem Exercens*, por exemplo, João Paulo II percebe que, apesar da grande diversidade ideológica entre os países capitalistas e socialistas e das marcadas diferenças de ordem econômica que separam os países mais e menos desenvolvidos, existem dimensões do trabalho humano que não são respeitadas, nem num, nem noutro desses mundos. Às vezes é o primado do trabalho sobre o capital que de fato não é reconhecido. Às vezes é a dimensão subjetiva do trabalho que é sacrificada, impedindo assim ao trabalhador de se realizar como pessoa mediante o trabalho. Na sua última Encíclica, *Sollicitudo Rei Socialis*, o Papa também “levanta vôo” e constata que subdesenvolvimento e superdesenvolvimento, apesar de terem causas e efeitos tão diversos, são afinal as duas faces de uma mesma moeda: manifestações de uma cultura baseada sobretudo no “ter”, na qual a hierarquia de valores está transtornada, pervertida. As causas das desigualdades e injustiças que marcam as regiões menos desenvolvidas e a “insatisfação radical” que caracteriza as sociedades superdesenvolvidas, não são simplesmente de ordem técnica, nem podem ser atribuídas apenas às estruturas econômicas ou sociais, mas têm raízes mais profundas, de ordem axiológica e cultural: não se respeita “a

qualidade e ordenada hierarquia dos bens que se possuem... que promanam da subordinação dos bens e das suas possibilidades ao “ser” do homem e à sua verdadeira vocação” (*Sollicitudo Rei Socialis*, n. 28).

### C. Alongar a vista no tempo

Por outro caminho, a Igreja também nos mostra as estreitas relações entre o sócio-econômico ou sócio-político e o sócio-cultural e sócio-religioso. Desta vez, não é aprofundando a análise, nem tomando distância ou “levantando vôo”, mas alongando a nossa visão no tempo, que isso se consegue. A experiência do passado e a esperança do futuro deveriam iluminar o momento presente, sem fechar-nos nos estreitos limites do curto ou médio prazo, mas pensando também no longo prazo e mantendo sempre abertos os horizontes escatológicos do Reino de Deus. As mudanças das estruturas sócio-econômicas e sócio-políticas, ainda que absolutamente necessárias e urgentes, devem ser situadas num contexto histórico e de longo prazo, condicionadas como estão por correntes mais profundas de natureza cultural e que evoluem a ritmos mais lentos. Para o cristão, o autêntico progresso humano, chame-se de libertação ou desenvolvimento, também tem um significado religioso (*Ibid.*, n. 47) e se insere no contexto mais amplo da história da salvação, da vocação da humanidade em Cristo (*Ibid.*, ns. 29-31).

Como as raízes dos atuais problemas não são de natureza puramente técnica, mas estão profundamente encarnados nas "estruturas de pecado", fruto de "muitos pecados" (Ibid., n. 37), a solução não é fácil, nem imediata. O caminho a percorrer é "longo e complexo" (Ibid., n. 37). Isso vale tanto para os que defendem as mudanças estruturais, quanto para os que sublinham a necessidade da "conversão". Esta conversão, obra de Deus e da sua graça, é apenas o primeiro passo num processo permanente de mudança de atitudes e comportamentos. Esse processo deve superar, além de dificuldades intrínsecas de ordem pessoal e comunitária, uma série de obstáculos e condicionamentos externos: as mesmas estruturas "perversas" e desordens na hierarquia de valores que o pecado criou e, uma vez criadas, passam a fazer parte da cultura, do estilo de vida de uma determinada sociedade. Do mesmo modo que as necessárias mudanças estruturais de ordem sócio-econômica e sócio-política não resolvem sozinhas o problema de fundo, também a "evangelização da cultura" é algo muito mais longo, difícil e complexo do que alguns imaginam: não pode limitar-se à simples "conversão".

## Conclusão

Ir ao fundo dos problemas para descobrir as suas raízes estruturais, tanto de ordem "social", quanto de ordem "cultural" e religiosa; tomar distância ou "levantar vôo" para perceber as semelhanças e as inter-

relações que existem entre situações e problemas específicos e aparentemente diversos; alongar a vista para descobrir as origens históricas dos problemas que devemos encarar e prever a sua evolução num futuro, para nós cristãos, sempre aberto e indefinido, seriam as condições necessárias para os que pretendem engajar-se na Igreja, na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

As simplificações e os "curto-circuitos" acontecem, com frequência, por querer passar com excessiva facilidade e rapidez do ideal religioso de justiça à sua encarnação na realidade concreta, sem respeitar as mediações — de ordem social, econômica, política e também "cultural" — que condicionam aquela encarnação. Os mais propensos a esse tipo de simplificação e imediatismos são geralmente os clérigos e os religiosos, os que por livre opção e por formação se identificam mais com ideais elevados de justiça e fraternidade e experimentam menos as dificuldades concretas para encarná-los, a não ser na sua vida pessoal. Isso é verdade tanto para aqueles que seguem o caminho da "evangelização direta", como para aqueles que seguem o caminho da "evangelização indireta".

Muitas das polarizações e dificuldades que surgem hoje na Igreja, na área do compromisso social, embora se baseiem em posições teológicas e doutrinárias bastante diversas, se discutem e tentam resolver num contexto bastante "doméstico" e "clerical". Essa situação

não mudará substancialmente se os leigos não assumirem maiores responsabilidades na evangelização da sociedade e da cultura e se a Igreja não os preparar e formar para isso. A Igreja hierárquica precisa deles, não apenas para a transformação da ordem temporal — a esfera pró-

pria e específica de atuação do laicato —, mas também para ajudá-la a definir sua linha pastoral nessa área, e até para deixar-se questionar por eles sobre o melhor modo de testemunhar o Evangelho no mundo de hoje: no mundo do trabalho, da política e da cultura. □

---

### Coisas de ontem e de hoje também

- Bíblia — “Que nos concedas, na tua glória, sentar um à tua direita, outro à tua esquerda. Ouvindo isso, os dez começaram a indignar-se contra Tiago e João”, Mc 10, 37.41.
- Leitor — A busca de privilégios, postos de honra, facilidades gera conflitos. Divide. Discrimina. Cria relações de dominação e opressão. Só o poder como serviço redime e instaura a fraternidade (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

### A riqueza é uma carência

- Bíblia — “Que FAREI...”, Mc 10, 17.
- Leitor — Não basta *crer* verdades (ortodoxia). É preciso *fazer* (ortopraxia) obras de misericórdia, de justiça, de caridade, de fraternidade, de solidariedade. Quem quiser ir ao céu entenda-se com o seu próximo.
- Bíblia — “Para herdar a VIDA ETERNA?”, Mc 10, 17.
- Leitor — A santidade exigida para a vida eterna não nasce do cálculo legal do que se fez. Nasce da conversão — calma e constante mudança do coração —, da aceitação e do seguimento de Jesus. Sintonizar-se compulsoriamente com sua pessoa e as suas exigências, com sua prática. Como disse à página 7, fazer agora o que e como Jesus fez outrora.
- Bíblia — “Como é difícil a quem tem riquezas entrar no Reino de Deus!”, Mc 10, 23.
- Leitor — A porta do céu é estreita. Só passa por ela quem não tiver bagagem. Não pode nem mesmo caminhar para lá quem leva coisas demais. Aqui a riqueza é uma carência. E pode haver gente tão carente e pobre que só tenha dinheiro (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

# A EUCARISTIA, NA CONSTRUÇÃO DA CIVILIZAÇÃO DO AMOR, FONTE DE VIDA EM UMA ESTRUTURA DE MORTE

*O atual frenesi consumístico é revelação de uma mentalidade tremendamente egoísta e anti-eucarística. A opção preferencial e solidária pelos pobres e oprimidos é o antídoto evangélico.*

**Card. Aloísio Lorscheider**

Fortaleza, CE

1. É com grande respeito e profunda veneração — “*Tantum ergo Sacramentum veneremur cernui*” — que abordamos este tema. Todo ele é *vida*: vida do mundo (Jo 6,51), vida eterna (Jo 6,54): “O pão que eu darei é a minha carne para a vida do mundo... Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna e eu o ressuscitarei no último dia.”

2. Para avaliar a Eucaristia em toda a sua grandeza, força e dignidade, é preciso contemplá-la em seu tríplice aspecto de Sacramento-Sacrifício; Sacramento-Comunhão; Sacramento-Presença (cf. *Redemptor Hominis*, 20).

São três aspectos intimamente conexos, mas que, devido à consideração sistemática, deverão ser detalhados.

## 2.1 Eucaristia: Sacramento-Sacrifício

É o sacrifício do Corpo Místico de Cristo, da Cabeça Cristo Jesus e de nós, os membros deste Corpo.

Quatro palavras do Concílio de Trento fazem-nos sentir o alcance deste sacrifício. São as palavras: *Memória* ou *Memorial* (Anamnese), *Representação*, *Renovação*, *Aplicação* do sacrifício da Cruz (cf. DBS 1739-1741).

### 2.1.1 Memória

É o Memorial da Páscoa do Senhor. Páscoa tomada em toda a sua amplitude: passagem por este mundo e volta para o Pai (cf. Jo 13,1). As referências bíblicas são muito claras: “Fazei isto em memória de mim” (Lc 22,20). — “Todas as ve-

zes que comerdes deste pão e beberdes deste cálice, lembrais (anunciais) a morte do Senhor até que ele venha" (1 Cor 11,26). A Eucaristia como *Memória* e *Memória viva* liga-nos neste nosso *hoje* ao *ontem* (passado), projetando-nos para o *futuro*, para o *sempre*: "Jesus Cristo é o mesmo, ontem e hoje; ele o será para a eternidade!" (Hebr 13,8). Por isso, a liturgia nos faz proclamar todos os dias: "Anunciamos, Senhor, a vossa morte e proclamamos a vossa ressurreição; vinde, Senhor Jesus!" (Preces Eucarísticas — Missal Romano).

Em nosso ser é, pela Eucaristia, colocada a *semente da imortalidade* — e quando digo "em nosso ser" quero dizer: "em nosso mundo", "em nossa história" —, enquanto, por ela, *comungamos* o Cristo Morto-Ressuscitado e *participamos* da sua Morte e Ressurreição. É toda a mística sacramental paulina do cristão que morre e ressuscita em Jesus, do mundo que se vai renovando em Jesus Morto e Ressuscitado que recebe aqui a sua aplicação (cf. Rom 6-8).

### 2.1.2 Representação

O sacrifício da Cruz torna-se de novo presente, é rerepresentado o sacrifício do Calvário, se fizermos a leitura na ótica de Odo Casel; é apresentado, visualmente, pela consagração separada das duas espécies, se a nossa leitura acontecer na ótica da Encíclica *Mediator Dei* de Pio XII (20 de novembro de 1947).

### 2.1.3 Renovação

A cruz com o seu fruto precioso, Jesus, é plantada sobre o altar: é a "renovação da *aliança* do Senhor com os homens" ("Sacrosanctum Concilium", 10).

### 2.1.4 Aplicação

No Calvário Nosso Senhor construiu uma grande piscina, que ele encheu com o seu preciosíssimo sangue. O sacrifício eucarístico jogamos, todos os dias, nesta piscina sagrada purificando-nos totalmente: "Aplacado pela oblação deste sacrifício, o Senhor, concedendo a graça e o dom da penitência, perdoa os crimes e os pecados mesmo os maiores" (DBS 1743: "Huius quippe oblatione placatus Dominus, gratiam et donum paenitentiae concedens, crimina et peccata etiam ingentia dimittit").

Temos no Calvário a nascente de um grande rio — outra imagem ilustrativa —, o rio do sangue de Jesus. Ele deve inundar o mundo inteiro. O sacrifício eucarístico constitui outros tantos braços deste rio maravilhoso divino. É o nosso banho diário purificador no sangue precioso de Jesus!

### 2.2 Eucaristia: Sacramento-Comunhão

"O cálice de bênção que abençoamos não é comunhão com o sangue de Cristo? O pão que partimos, não é comunhão com o corpo de Cristo? Já que há um só pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, visto que todos participamos deste único pão" (1 Cor 10,16-17).

Estas palavras do Apóstolo São Paulo têm o seu fundamento nas afirmações do próprio Cristo Jesus: "Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em mim e eu nele" (Jo 6,56). A comunhão de Jesus Eucarístico é comunhão com Jesus Eucarístico, é *permanência* em Jesus Eucarístico. Adquire, na visão eucarística, força extraordinária no dizer de São Paulo na Carta aos Gálatas: "Eu vivo, mas já não sou eu que vivo, pois é Cristo que vive em mim. Minha vida presente na carne, eu a vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e se entregou a si mesmo por mim" (Gal 2,20). Este "pela fé" de São Paulo, colocado na luz do Evangelho segundo São João, capítulo 6, torna-se: *pela fé na Eucaristia!* É na Eucaristia que continua vivo o Filho de Deus no seu amor e na sua entrega para comigo. A Eucaristia é o *memorial vivo* do mais alto gesto de amor de Alguém, que se chama Jesus Cristo, que deu a sua vida por seus Amigos (Jo 15,13: "Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a sua vida por seus Amigos"). A Eucaristia-Sacramento-Comunhão prolonga o supremo gesto de *doação* do Senhor Jesus. Por isso, Eucaristia é *essencialmente doação!*

Para iluminarmos um pouco mais a Eucaristia Sacramento-Comunhão é necessário ler a alegoria da *videira e dos ramos* que o evangelista São João nos apresenta nas palavras de Jesus no capítulo 15: "Eu sou a videira verdadeira... e vós os ramos. Aquele que permanece em mim e eu nele, produz muito

fruto, porque sem mim nada podeis fazer" (Jo 15,1.5). É o mesmo ideário que encontramos em João 6, quando Jesus diz: "Eu sou o pão vivo descido do céu. Quem comer deste pão viverá eternamente" (Jo 6,51). E ainda: "Em verdade, em verdade, vos digo: se não comerdes a carne do Filho do Homem e não beberdes seu sangue, não tereis a vida em vós" (Jo 6,53). É o eco do "sem mim nada podeis fazer" (Jo 15,5). E ainda: "Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em mim e eu nele" (Jo 6,56). Jesus é a comida verdadeira, é o sangue verdadeiro (Jo 6,55), como é *videira verdadeira*. Só comendo a carne verdadeira de Jesus, que é comida verdadeira, só bebendo o sangue verdadeiro de Jesus, que é bebida verdadeira, a pessoa humana permanecerá em Jesus, como permanecerá em Jesus ao receber do suco da videira verdadeira.

Nesta linha de pensamento, olhando a Eucaristia-Sacramento-Comunhão, não se pode deixar de ler, numa chave eucarística, o capítulo 17 de São João no Evangelho, o capítulo da oração da unidade ou da oração sacerdotal. É nesta oração onde Jesus torna a insistir na profunda comunhão que deve existir entre ele e os que nele crêem, os seus discípulos: Rogo "a fim de que todos sejam um, como tu, Pai, em mim e eu em ti, que sejam um em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste... Eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade e para que o mundo reconheça que me enviaste

e os amaste como tu me amaste” (Jo 17,21.23). Neste texto salta à vista o nexó íntimo com o sermão do pão da vida no capítulo 6 de São João no Evangelho, onde lemos: “Assim como o Pai, que vive, me enviou, e eu vivo pelo Pai, também aquele que me come viverá por mim” (Jo 6,57).

É preciso elevar-nos à contemplação da vida intra-trinitária, à comunhão entre Pai, Filho e Espírito Santo, para intuímos a grandeza do mistério eucarístico-comunhão em nossa existência humana e cristã. É a circuminssão trinitária: o Pai todo no Filho, o Filho todo no Pai, o Pai e o Filho todo no Espírito Santo, o Espírito Santo todo no Pai e no Filho, que nos fazem avaliar, de alguma forma, o mistério imenso de vida oculto na Eucaristia-Sacramento-Comunhão.

Também não podemos omitir a verificação de que está estreitamente ligada à comunhão *a missão*. Diversas vezes aparece esta ligação: o Pai que me enviou; tu, Pai, que me enviaste... Nós que comungamos Jesus Eucarístico também somos enviados, mensageiros da vida nova de Jesus Morto-Ressuscitado!

Convém aqui lembrar também a idéia da Eucaristia-*Alimento*, alimento que dá vida. A carne eucarística é carne *vivificante*, o sangue eucarístico é sangue *vivificante*: é vida sempre nova, sangue sempre novo que é infundido no Corpo Místico de Jesus Cristo e por meio dele no mundo todo. Situa-se igualmente aqui a *ação do Espírito Santo*. Foi feliz a reto-

mada da *epiclese* nas Preces Eucarísticas, pedindo que o Pai envie o Espírito Santo para que as nossas oferendas se tornem o Corpo e o Sangue de Cristo. É o Espírito Santo que faz *novas* todas as coisas: “Eis que faço novas todas as coisas. Céu novo, terra nova, tenda de Deus com os homens, Deus com o seu povo” (cf. Apc 21, 1-3). Estamos diante da árvore da vida plantada no coração da Igreja e, por mediação d’Ela, no coração do Mundo, frutificando diariamente (cf. Apc 22,2).

### 2.3 Eucaristia: Sacramento- Presença

O Vaticano II, na Constituição “Sacrosanctum Concilium”, 7, lembra a presença de Cristo em sua Igreja, sobretudo nas ações litúrgicas. Presente está no sacrifício da missa, tanto na pessoa do ministro, pois aquele que agora oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que outrora se ofereceu na Cruz, quanto *sobretudo* sob as espécies eucarísticas. Presente está pela Sua força nos sacramentos, de tal forma que quando alguém batiza é Cristo mesmo que batiza. Presente está pela Sua palavra, pois é Ele mesmo que fala quando se lêem as Sagradas Escrituras na Igreja. Está presente finalmente quando a Igreja ora e salmodia, Ele que prometeu: “Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, aí estarei no meio deles” (Mt 18,20).

A estas presenças recordadas pelo Vaticano II podemos acrescentar ainda uma misteriosa de que fala

Mateus 25,40: "Em verdade vos digo: cada vez que o fizeste a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes". É a presença em nosso irmão, principalmente no necessitado e marginalizado.

Estes diversos *modos* de presença do Senhor, embora estreitamente conexos entre si, diferem *em sua íntima natureza*.

A presença pelos sacramentos em geral e pela palavra é uma presença mais *dinâmica, operativa*; a presença na comunidade que se reúne em nome de Jesus ou a presença no irmão, sobretudo necessitado, é mais *mística*; a presença sob as espécies eucarísticas é presença *física*. É, sem dúvida, a presença mais viva e profunda do Senhor entre os seus: é o Cordeiro de pé, como que imolado, de que nos fala o Apocalipse 5,6; o único digno de receber o livro e abrir seus selos e que continua a resgatar para Deus homens de toda tribo, língua, povo e nação, fazendo deles, para Deus, um reino de sacerdotes (cf. Apc 5,9-10).

Todas as presenças mencionadas encontram sua culminância quando os filhos de Deus juntos se reúnem, juntos louvam a Deus no meio da Igreja, juntos participam do sacrifício e comem a ceia do Senhor (cf. "Sacrosanctum Concilium", 10).

A Eucaristia-Sacramento-Presença é o *Cristo conforto e alimento* na *nossa caminhada* (viático) de *comunhão, doação e solidariedade*.

### 3. As estruturas de Morte

Estes diversos aspectos da Eucaristia: sacramento-sacrifício, sacramento-comunhão, sacramento-presença, lançam intensa luz sobre a *convivência dos cristãos no mundo de hoje, sobre o compromisso cristão* num mundo marcado pela desigualdade social, pelas divisões, incompreensões, por uma cultura que se denomina a si mesma *cultura da morte de Deus* (é preciso que Deus morra para que o homem viva!), *cultura da morte do homem* (morto Deus, o homem descobre por experiência que ele mesmo já não tem mais sentido), *cultura da morte de si mesmo* (se o homem não tem mais sentido, quem sabe "eu" terei sentido? Entretanto, a humanidade muito rapidamente conclui que se Deus perdeu o sentido, se o homem sem Deus perdeu o sentido, qual é mesmo o sentido do "eu"? Também não tem mais sentido. É o caos).

A Eucaristia é, em sua essência a *presencialização permanente de Jesus Cristo Morto e Ressuscitado*, fonte de *vida nova*, *Homem Novo*, *fermento novo*. "Cristo, nossa Páscoa, foi imolado" (1 Cor 5,7). É necessário celebrar *a festa*, a festa da Páscoa, que é para nós concretamente a Eucaristia; não com fermento *velho*, nem com fermento *de malícia e perversidade*, mas com *pães ázimos, na pureza e na verdade* (cf. 1 Cor 5,8). O homem *velho* corrompe-se ao sabor da *concupiscência enganosa*; o homem *novo*, criado segundo Deus, vive na justiça e na santidade da verdade (Ef 4,22-23).

É dentro de *condições, mecanismos, estruturas de morte* de nosso mundo contemporâneo provocadas pela falta do sentido de Deus, do sentido do pecado, falta do sentido último da vida e dos seus valores fundamentais, que a Eucaristia, celebrada e vivida pelos cristãos, deve ser vista como a maior força de *renovação* — de fazer novo — este nosso mundo. Dizia Pio XII, em fevereiro de 1946, aos Cardeais recém nomeados após a guerra de 1939-1945, que não havia meio mais poderoso para a reconstrução da Europa em escombros do que a celebração e vivência do sacrifício eucarístico. O que então valia da Europa, vale hoje do mundo inteiro. Nada mais poderoso para a reconstrução de nossas Pátrias e do nosso Mundo do que a Eucaristia bem celebrada e bem vivida. Diz o Papa João Paulo II na Encíclica "Redemptor Hominis", 20: "O empenho essencial e, sobretudo, a graça visível e fonte da força sobrenatural da Igreja como Povo de Deus é o perseverar e o progredir constantemente na vida eucarística e na piedade eucarística, é o desenvolvimento espiritual no clima da Eucaristia". E meditando o mistério eucarístico, o mesmo Papa João Paulo II reflete que o sacrifício eucarístico, no qual temos o preço elevado da nossa redenção: "Alguém pagou alto preço pelo vosso resgate... pois sabeis que não foi com coisas perecíveis, isto é, com prata ou com ouro, que fostes resgatados da vida fútil que herdastes dos vossos pais, mas pelo sangue precioso de Cristo, como de um cordeiro sem defeitos e sem mancha"

(1 Cor 6,20; 1. Pd 1,18-19); comprova o valor que Deus dá ao homem (cf. "Redemptor hominis"; 20).

A análise pastoral da realidade latino-americana nos é apresentada pelos nossos Bispos em duas ocasiões muito solenes, com o aval do Santo Padre, de Paulo VI a primeira vez, de João Paulo II a segunda vez. Deu-se esta análise na II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano realizada de 26 de agosto a 6 de setembro de 1968 em Medellín (Colômbia) e na III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano realizada em Puebla de los Angeles (México) de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979.

A análise pastoral da realidade *mundial* foi dada pelo atual Pontífice, João Paulo II, em ocasiões inumeráveis, desde o seu importante Discurso proferido em Puebla na abertura da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, dia 28 de janeiro de 1979, até a sua memorável Encíclica Social "Sollicitudo Rei Socialis" do dia 30 de dezembro de 1987.

Em todas estas análises torna-se evidente que a ótica da Igreja Católica em toda a avaliação e orientação não é o "ter mais" e sim "o ser mais". É esta a linha de pensamento que deve orientar a prática dos cristãos no mundo.

O que no campo das conseqüências práticas produz na cultura contemporânea as estruturas de morte (uma vez excluído Deus, excluído o valor do homem, excluído o sentido da vida e dos seus valores fun-

damentais) é o *afã consumístico*. É esta a nova filosofia de vida que dia a dia se torna mais envolvente e englobante. O consumismo está intimamente ligado ao progresso *quantitativo*, onde são lei *absoluta* o *lucro*, a *produção*, o crescimento *material* através de uma industrialização *tecnicamente sempre mais sofisticada*, sem tomar em consideração as exigências do homem e do universo.

Para poder *competir* (outra lei tida como *absoluta*, sem a mínima atenção *ética*), exige-se o máximo de consumo. Para o máximo de consumo, o máximo de dinheiro, de bens, para conseguir o máximo de *poder* aquisitivo e de mando.

O consumismo é uma filosofia de vida que coloca o homem numa espiral que o vai *despersonalizando*, tornando-o vítima do *puramente* material. É, portanto, uma filosofia *materialista* de vida que *materializa* o homem à medida que os dias passam. O homem começa a viver em função das *coisas* e já não mais as coisas em função do homem. Há uma disfunção total dentro da sociedade.

A humanidade está seriamente ameaçada por este torvelinho consumístico. Diversos problemas que hoje se levantam, têm muitas vezes a sua razão última neste espírito consumista, embora sob outros aspectos alguns são realmente problema. É assim com o problema da regulação da natalidade ou planeamento familiar com os métodos esterilizantes ou abortivos; é assim a discussão sobre as armas nucleares;

é assim com as próprias guerras e guerrilhas locais e localizadas. O objetivo não é outro do que sustentar um teor de vida que está levando a humanidade de modo muito rápido à morte, à autodestruição, como adverte o Papa João Paulo II.

O que se processa, hoje, na política e economia internacional, acontece também na política e economia nacional, regional e mesmo local: *concentrar o máximo de riqueza nas suas mãos*: é o "ricos cada vez mais ricos à custa dos pobres cada vez mais pobres" (João Paulo II, Discurso de abertura em Puebla, 28 de janeiro de 1979). Não é apenas um problema de economia ou de distribuição de renda bem feita dentro da ciência econômica; é um problema profundamente *ético* também, e sobretudo *ético*. Cada qual está preocupado em construir *a sua segurança* (tanto se fala em segurança nacional e internacional. Até se criou a ideologia ou doutrina da segurança nacional!), concentrando o maior volume de riqueza possível nas próprias mãos. O *imperialismo* atual é inspirado por este frenesi consumístico que devora, atualmente, a humanidade. É uma nova forma de colonialismo para garantir o próprio reino, a própria hegemonia e o próprio gozo da vida. É, por conseguinte, uma mentalidade tremendamente *egoísta*, *anti-fraterna*, *anti-evangélica*, *anti-eucarística*, sem o mínimo respeito para com a vida do outro. É a *verdadeira lei da selva* imperando na convivência dos homens entre si e da convivência dos homens com o universo.

Por isso, o clamor dos Bispos Latino-americanos, em Puebla, por uma vida simples, sóbria e austera. Por isso, a *profética opção preferencial e solidária pelos pobres* (Puebla 1134-1165). Está aí o *antídoto evangélico* ao vírus anti-evangélico que está corroendo as mais íntimas fibras da humanidade em nossos dias.

A questão não é capitalismo nem socialismo marxista. Tanto um como o outro estão dentro da mesma espiral consumística. Ambos têm a mesma filosofia do "ter mais". A questão é, hoje, colocada em termos *de vida e de morte*. É questão de ser e de ser mais e não questão de ter e ter mais, embora o ser e o ter se relacionem em nossa existência, tendo porém o ser a primazia sobre o ter.

De tudo isto nasce a necessidade sentida de uma *nova sociedade*, de uma *nova ordem internacional*, fundada sobre o amor, a justiça, a liberdade, a verdade.

## Conclusão

A Eucaristia é o Filho de Deus, Deus-Homem Morto e Ressuscitado, o Verbo Eterno por meio do qual tudo foi feito e sem o qual nada foi feito de tudo o que existe, repleto de vida, vida que é luz dos homens, e que se fez carne e colocou a sua tenda entre nós, cheio de graça e de verdade (cf Jo 1,3-4.14). Este mesmo Verbo Eterno que, na plenitude dos tempos nasceu de uma mulher, nascido sob a Lei, para remir os que estavam sob a Lei, a fim de que recebêssemos a ado-

ção filial (Gal 4,4-5), continua a ser esta plenificação do universo, silenciosamente, no mistério eucarístico. A transubstanciação do pão e do vinho que se realiza no momento da consagração manifesta *este poder criador, vivificante, esta novidade total* que a Eucaristia realiza no seio do universo.

O pão e o vinho, elementos materiais, bens de consumo diário para a pessoa humana manter a vida, são por nós oferecidos ao Pai para que Ele, pela ação do Espírito de Cristo, os transforme no Corpo e no Sangue de Jesus Cristo Salvador, Redentor, Libertador. É assim que estes elementos comuns da nossa vida se tornam elementos maravilhosos *de vida eterna* para todos os irmãos, sinais da renovação e libertação do inteiro universo.

Na apresentação das ofertas, o pão e o vinho não separados para servirem de sinal. Depois de transformados, eles são, *igualmente*, distribuídos a todos, a fim de que todos possam ter vida e tê-la em abundância (Jo 10,10). Também aqui o pão e o vinho transformados no Corpo e no Sangue de Jesus e distribuídos igualmente a todos que se aproximam *dignamente*, levados pelo amor de Deus e do próximo, inspirados na justiça do Senhor, tornam-se *símbolos, sinais* de todos os bens de consumo, espalhados pela bondade do Senhor Deus Criador pelo universo criado, que devem ser colocados à disposição de todos segundo as suas ne-

---

(Continua na 3ª capa, ao lado)

---



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299  
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ  
janeiro/fevereiro de 1989

No tumulto e no ruído de nossas cidades, por entre compromissos e obrigações de nossos empreendimentos, de vez em quando e de forma mais acentuada uma vez por ano, vem um tempo em que nos reflui ao espírito a **nostalgia de um silêncio reconstituente**. É o tempo do RETIRO. A cidade grande é, hoje, com sua insegurança, o cenário da QUEDA do homem-pessoa, indivíduo autônomo e da ASCENSÃO do homem-massa dos mass-media. Esta aberração manifesta insidiosa e perversa. **Ser livre, hoje, é quase sempre estar sozinho**. Onde, então, a paz de que necessitamos para meditar, para ouvir, para decidir? Exatamente, no silêncio, a última instância da subjetividade, a medida de eternidade que dá o devido valor à agitação de cada dia. No RETIRO, em ambiente de **paz construída de encomenda**, cada Religioso(a) busca ser fiel a si mesmo(a) e a seu ofício. Descobre que o silêncio, uma luz em nosso ouvido, tem sempre algo de perdurável a lhe dizer, deixando uma impressão indelével.

Gosto de fazer o Retiro, qualquer Retiro, especialmente quando se faz com a **bênção adicional do silêncio**. Creio no valor e na eficácia deste sinal, quando opção consciente, iluminado pela fé e assumido alegremente como **anúncio de outras formas de falar e se comunicar**. O silêncio, não raras vezes, se constitui em experiência assustadora, sobretudo em nosso tempo que a tudo esfaz no consumo imediato arrasador. O silêncio, ao contrário, poupa e viabiliza uma vivência de convivência parcelada com a medula nuclear da própria vida: **a consciência de Deus como realidade última** e em tudo latente e a experiência inestimável da harmonia consigo mesmo. Observe o duplo processo dialético de definição e decantação: por um lado, num aspecto promissor, o silêncio pode albergar a presença de Deus; por outro, num aspecto pretensioso, a reflexão sobre o **mistério de Deus nos impele para o silêncio**. Silêncio de louvor e adoração, reduto inalienável de solidão e de aragem divina. São ilações possíveis e passíveis de codificação.

O **Retiro com silêncio** é este momento anual da vida do(a) Religioso(a) em que cada um(a) se prepara e, vindo à tona de si mesmo, faz deste retraimento, deste recuo estratégico e educativo, um **brigo reflexivo, um olhar ao longe, sem palavras**, numa insuspeitável janela. Hoje, fala-se muito para se dizer pouco. O silêncio, em seu discurso aconceitual e metalingüístico, pode dizer mais do que as palavras. Essas, por obra de uma herança atávica de dissimulação, sofrem do efeito hipnótico de esconder aquilo que se quer falar verdadeiramente. É o atalho que acaba aumentando o caminho. Ouvindo a musicalidade do silêncio, damos justa medida ao nosso ritmo, por vezes muito acelerado, de **pessoas apressadas, sem saber ou sem ter, entretanto, o que fazer**. Urgem certa disciplina e certo isolamento quando se quer conhecer as coisas além da superfície e da caricatura e as pessoas além de suas máscaras.

A voz de Deus como voz da própria consciência requer silêncio para ser sentida senão se perde no turbilhão de vozes anônimas e se torna estranha a nós próprios. No silêncio de uma vida recolhida, por dias embora, se podem **tomar decisões terminais** para se manter, de forma estável, **na terceira margem do rio, o lugar, por excelência, do humano e do divino**. Aí cada um(a) se espelha refletindo. Quem refletir cria o poder de convicção, pois a vida não se reduz a flash de imagens recompostas por entre névoas e que dispensa raciocínios como tende a induzir nossa civilização da imagem, determinando, por assim dizer, um padrão sinônimo de mecanização, de rotinização, beirando a idiotização.

**RETIRO com silêncio**, fato espaço-temporal de fé profunda que desce às raízes de nosso ser. É uma ligação espiritual inconfundível com o mundo de outras realidades. Tomada nas mãos da própria vida e oferecimento dela ao Senhor. Consciência de uma **crecente interioridade sempre possível**, e **uma conversão sempre necessária**, de uma reorientação indispensável de tantos aspectos da própria pessoa. Sobretudo, CONTEMPLAÇÃO. Colher a própria realidade humana e cristã na sua menor e mais límpida transparência, no seu verdadeiro mistério, sem nada impor que lhe seja estranho, exceto a sua condição criatural. Só esta contemplação dirá a cada Religioso(a), o que ninguém pode dizer que sabe, quem ele(a) é e qual a sua vocação terrena e eterna.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, sempre ao seu inteiro dispor, com renovada estima e fraternal amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB

Redator-Responsável

Convergência e Publicações CRB